



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**MATHEUS HENRIQUE BORGES SOARES**

**A IDADE DA REPRESENTAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE A ARQUEOLOGIA E  
A GENEALOGIA EM FOUCAULT**

**GOIÂNIA**

**2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE FILOSOFIA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Matheus Henrique Borges Soares

#### 3. Título do trabalho

"A idade da representação: a relação entre a arqueologia e a genealogia em Foucault"

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **José Ternes, Usuário Externo**, em 04/09/2023, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Henrique Borges Soares, Discente**, em 04/09/2023, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4015270** e o código CRC **A9FA9851**.

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**MATHEUS HENRIQUE BORGES SOARES**

**A IDADE DA REPRESENTAÇÃO: A RELAÇÃO ENTRE A ARQUEOLOGIA E  
A GENEALOGIA EM FOUCAULT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia  
Linha de Pesquisa: Metafísica e Epistemologia.

Orientador: Dr. José Ternes

**GOIÂNIA**  
**2023**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Soares, Matheus Henrique Borges

A Idade da Representação [manuscrito] : A relação entre a arqueologia e a genealogia em Foucault / Matheus Henrique Borges Soares. - 2023.

65 f.

Orientador: Prof. Dr. José Ternes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Filosofia (Fafil), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

1. Episteme. 2. Ordem. 3. Saber. 4. Pena. I. Ternes, José, orient.  
II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE FILOSOFIA

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº 23/2023 da sessão de Defesa de Mestrado de Matheus Henrique Borges Soares, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, que confere o título de Mestre, na área de concentração em Filosofia.

Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, a partir das 9:00 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Mestrado intitulada “O REPRESENTACIONISMO JURÍDICO CLÁSSICO EM FOUCAULT”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor José Ternes/FAFIL-UFG com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Professor Doutor Eduardo Sugizaki/PUC-Go, integrante titular externo; Professor Doutor Adriano Correia Silva/FAFIL-UFG, integrante titular interno. Durante a arguição, os membros da Banca Examinadora **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor José Ternes, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos integrantes da Banca Examinadora, aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três.

**TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA**

A idade da representação: a relação entre a arqueologia e a genealogia em Foucault



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Correia Silva, Professor do Magistério Superior**, em 17/08/2023, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Ternes, Usuário Externo**, em 17/08/2023, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO SUGIZAKI, Usuário Externo**, em 18/08/2023, às 02:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3960469** e o código CRC **C00924CC**.

**Referência:** Processo nº 23070.045413/2023-90

SEI nº 3960469

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Por ter financiado minha pesquisa proporcionando minha dedicação integral a mesma.

Ao Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás e todos os servidores que fazem parte do mesmo, por sempre me auxiliarem nos trâmites burocráticos com a devida atenção, solicitude e respeito.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Ternes pela sua dedicação, paciência e empenho em me orientar e partilhar seus conhecimentos.

A minha amada família que sempre me incentivou aos estudos e deu o devido suporte emocional para que eu me dedicasse a eles.

E por fim, a meus amados amigos e amigas que sempre me apoiaram, seja em momentos de descontração seja em conversas filosóficas que com certeza auxiliaram na minha pesquisa.

“Não, Tempo, não zombarás  
de minhas mudanças!  
As pirâmides que novamente  
construíste  
Não me parecem novas, nem  
estranhas;  
Apenas as mesmas com  
novas vestimentas.”  
(William Shakespeare)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar o modo da concepção histórica do filósofo francês Michel Foucault (1926- 1984) a partir do seu *modus operandi*, isto é, não me atento apenas em seus pressupostos analíticos em comparação com outras concepções históricas que ele critica, mas parto da arqueologia que o filósofo francês efetua. Num primeiro momento, trabalho com a ruptura entre as *epistemes* do século XVI com a dos séculos XVII e XVIII, o foco da pesquisa é analisar aquilo que Foucault chama de Idade da Representação que vincula o signo ao papel de representar, tal vinculação condicionou o surgimento da gramática geral, história natural e análise das riquezas. Em um segundo momento, abordo a genealogia foucaultiana que atua em complementariedade com a arqueologia, de modo a vincular o surgimento de um novo regime das penas que surge na ruptura com o suplício, logo tal novo regime das penas é responsável por instaurar um novo código penal que articula a vantagem do crime com a desvantagem da pena, demonstrando assim que há uma transversalidade no que ficou conhecido como representacionismo clássico na obra de Michel Foucault.

**Palavras-chave:** Episteme. Ordem. Saber. Pena.

## ABSTRACT

This research aims to demonstrate the mode of the historical conception of the French philosopher Michel Foucault (1926-1984) from his *modus operandi*, that is, I do not pay attention only to his analytical assumptions in comparison with other historical conceptions that he criticizes, but part of the archeology carried out by the French philosopher. At first, I work with the rupture between the 16th century epistemes with that of the 17th and 18th centuries, the focus of the research is to analyze what Foucault calls the Age of Representation that links the sign to the role of representing, such linking conditioned the emergence of general grammar, natural history and richness analysis. In a second moment, I approach the Foucaultian genealogy that works in complementarity with archeology, in order to link the emergence of a new regime of penalties that arises in the break with the torture, so this new regime of penalties is responsible for establishing a new code criminal law that articulates the advantage of the crime with the disadvantage of the penalty, thus demonstrating that there is a transversality in what became known as classical representationism in the work of Michel Foucault.

**Keywords:** Episteme. Order.knowledge. Penal.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>CAPÍTULO I – ANALÍTICA ARQUEOLÓGICA</b> .....	8
<b>CAPÍTULO II – O PROJETO ARQUEOLÓGICO EM AS PALAVRAS E AS COISAS</b> .....	16
<b>2.1 A Representação</b> .....	22
<b>2.2 A Gramática Geral</b> .....	29
<b>2.3 A História Natural</b> .....	35
<b>2.4 A Análise das riquezas</b> .....	40
<b>CAPÍTULO III – O REGIME JURÍDICO CLÁSSICO</b> .....	47
<b>3.1 A noção de genealogia. Inflexões metodológicas</b> .....	47
<b>3.2 A Idade da representação no sistema das penas</b> .....	52
<b>CONCLUSÃO</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	64

## INTRODUÇÃO

Michel Foucault (1926- 1984) foi um importante filósofo francês que rompeu com as formas tradicionais do pensar filosófico a partir de sua aceção que entende a filosofia como o modo pelo qual pode-se diagnosticar a atualidade; como também causou rupturas no pensamento tradicional de outras áreas tal como a história – com sua crítica à história como busca pela origem -, e a arquivologia, com a proposta de que o arquivo deve ser descrito através da análise do enunciado. Ele apresenta uma série de novos pressupostos que escapam das leituras tradicionais e facilmente aceitas pela academia. A partir de sua arqueologia, tenta delinear uma leitura da história através da emergência de positivities. Contudo, é importante destacar que sua concepção de arqueologia não se trata de uma nova metodologia, tampouco de uma teoria. O próprio foge destas nomenclaturas que, segundo ele, não expressam corretamente o estilo de pesquisa que emprega. A este respeito Martínez defende que a arqueologia foucaultiana é uma ferramenta analítica criada pelo autor (2006, p 141). Contudo no que ela difere das leituras tradicionalistas da história? Qual é a especificidade dessa ferramenta e qual novidade ela engendra?

Primeira característica essencial da abordagem foucaultiana denominada arqueologia é considerar a história a partir de sua descontinuidade. Assim, há uma clara divergência com o ponto de vista da história das ideias que a analisa por um viés continuísta, como se ela fosse progressiva, isto é, como se todos os eventos dela fizessem parte da mesma trama que somaria todos os conhecimentos no caminho do melhor dos mundos possíveis. O presente seria então a superação do passado. Para a aceção continuísta, a história se desenrolaria em uma direção específica, e esta sempre seria o desenvolvimento do passado e este sempre estaria ligado àquela. Porém, tratando-se da aceção arqueológica, a história é marcada por rupturas, por descontinuidades que não permitem que o historiador identifique a eterna presença de uma identidade, mas o coloque em contato com a diferença das épocas.

Foucault com sua arqueologia concebe a história a partir de uma série, isto é, ela não é para o autor um movimento linear que somatiza os conhecimentos passados e os cristaliza em forma de acumulação. Segundo o autor, “[...] ela é um jogo de transformações específicas, diferentes umas das outras (cada uma com suas condições, regras, nível) e ligadas entre elas segundo os esquemas de dependência. A história é a análise descritiva e a teoria dessas transformações” (2010, pp 8 9). A história não é monótona, está em movimento e são as transformações que interessam Foucault, pois para cada período existem formas pelas quais a história se desobra, existe uma lógica, uma ordem específica por trás dos acontecimentos que

fazem com que as positividades, os saberes e a ciência se comportem de uma determinada forma e não outra e seria então este “por trás” que intrigaria o autor em questão e traria inquietações responsáveis por nortear a presente dissertação.

É mister evidenciar que Foucault considera o seu trabalho pluralista e não individualista (2010, p 2), ou seja, ele não analisa os saberes em sua individualidade, procurando identificar qual seria mais verdadeiro ou mais bem estruturado, ou objetivando elaborar uma exegese de um saber específico. Na verdade, ele procura os sistemas de formação que possibilitaram o surgimento desses saberes, averigua a possibilidade na qual tais saberes foram estruturados, o “por trás” de tais saberes. Em suma, o autor francês busca o que está em jogo na objetividade que articula os saberes.

Foucault, desta forma, identifica as rupturas *epistêmicas* que foram acontecendo ao longo do tempo, isto é, o solo, as condições pelas quais os saberes de cada período foram edificados. Acontece que para cada período houve diferentes formas pelas quais os saberes foram estruturados. O século XVI, por exemplo, é identificado por Foucault por ter como pano de fundo da formação de seus saberes a similitude, já os séculos XVII e XVIII tiveram os saberes articulados a partir da representação. Logo, cada período histórico identificado pelo autor gera um húmus diferente que condiciona o surgimento e caracteriza a ordenação dos saberes e, além disso, não existem dois panos de fundo, duas epistemes em uma mesma época.

Nesse sentido, em um primeiro momento a presente dissertação procura analisar essa ferramenta analítica que ficou conhecida para o pensamento contemporâneo como arqueologia do saber, isto é, este conjunto de pressupostos que orienta o fazer filosófico de Foucault. Assim, busca-se apresentar as características dessa ferramenta de análise no primeiro capítulo, trazendo esta inovação no modo pelo qual se faz história tradicionalmente, que analisa os saberes a partir da condição de possibilidade em que surgem.

No segundo capítulo busca-se demonstrar a ruptura entre o pensamento do século XVI - que concebia o mundo a partir da ótica da similitude - e o pensamento dos séculos XVII e XVIII - que irão desdobrar o conhecimento a partir da ótica da representação e do quadro formando assim o conhecimento do período clássico. Só assim será possível falar, classificar os seres vivos e trocar as riquezas, pois tais positividades foram articuladas tendo como pano de fundo a representação, foram o sintagma do conhecimento representacionista, em outras palavras, ver-se-a que só a partir da ruptura *epistêmica* entre Renascimento e Classicismo que três novas positividades aparecerão.

No terceiro capítulo há análise de um segundo momento da obra foucaultiana, tratando-se de suas ferramentas de análise dos saberes, que foi a genealogia, a fim de identificar quais

as semelhanças e diferenças com a arqueologia e sua caracterização geral. Ademais, cabe ainda elucidar a aceitação do pressuposto de que existe uma relação de complementariedade entre a arqueologia e a genealogia e não uma ruptura, isto é, objetivamos mostrar como para Foucault a genealogia não é simplesmente outro método que trata os saberes de forma diversificada, mas apontar que para o autor francês genealogia é o complemento indispensável à arqueologia.

E por fim há o estabelecimento de que houve durante o processo reformista das penas um movimento que fez parte do representacionismo clássico a partir da implementação de um novo ordenamento das penas, apresentando a mesma objetividade que foi identificada na gramática geral, história natural e análise das riquezas. Em suma, objetiva-se apresentar que a ruptura *epistêmica* ocorrida entre o renascimento e a idade clássica não só influenciou o aparecimento dos três saberes apresentados em *As Palavras e as Coisas* como também condicionou a ordem das penalidades e punições jurídicas indicadas por Foucault em *Vigiar e Punir*.

## 1. A ANALÍTICA ARQUEOLÓGICA

O propósito deste tópico é indicar a singularidade do estilo de pesquisa filosófica realizada por Michel Foucault. Em detalhes, diferente de explicitar a análise que Foucault realiza a respeito de um problema específico, como é o caso da *História da Loucura* ou da *História da Sexualidade*, o que pretendemos explicitar é o tipo de pesquisa, isto é, aquilo que Foucault leva em consideração, os pressupostos metodológicos que ele emprega ao realizar tais estudos.

Uma das características da singularidade da pesquisa realizada por Foucault é a exclusão da continuidade como parâmetro de análise da história. Se isso não fosse feito, a possibilidade de se julgar o passado de acordo com o presente seria alta, pois o presente não seria mais do que o efeito, a evolução, o desenvolvimento ou a degeneração do passado. Ao contrário, em sua *Arqueologia do Saber* Foucault indica que não se deve julgar o passado através do crivo do presente mas analisar a própria história que há no presente. É preciso analisar a atualidade, fazer a história dessa atualidade. Gomes (1991, p 225) ao analisar a obra de Michel Foucault afirma que “um certo período da história pensa a realidade a partir de determinados pressupostos e esta realidade é o que estes pressupostos dizem”, em outras palavras, Gomes defende que para Foucault a realidade é condicionada historicamente e esses pressupostos não foram dados de uma vez por todas, mas foram constituídos. Em suma, a realidade de uma dada época só é possível, portanto, através da historicidade desses pressupostos.

Essa análise foucaultiana, ou melhor, a arqueologia do saber estabelecida por Foucault, não se detém com “a realidade”, mas com as regularidades e as constituições das práticas discursivas. Ela se detém, pode-se pensar a partir de Gomes, com os pressupostos da realidade. Ela analisa, em outras palavras, o enunciado - é este seu objeto singular. É preciso deixar claro que para o filósofo francês o enunciado não é idêntico nem à frase da gramática e nem à proposição da lógica. Foucault afirma diretamente isto:

Descrever um enunciado não significa isolar e caracterizar um segmento horizontal, mas define as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos [...] uma existência, e uma existência específica (FOUCAULT, 2005, p 132).

O enunciado não é a frase e nem a proposição, é necessário afirmar que o enunciado é uma função que possibilita as diferentes unidades discursivas. É o enunciado que possibilita que uma proposição exista tal qual, como uma proposição válida ou não; é o enunciado que

possibilita a assinalação da frase com seu sujeito e sua predicção. Nesse sentido, concordamos com Machado quando ele afirma que para o autor francês

[...] o enunciado é uma função que possibilita que um conjunto de signos, formando uma unidade lógica ou gramatical, se relacione com um domínio de objetos, recebe um sujeito possível, coordene-se com outros enunciados e apareça como um objeto, isto é, como materialidade repetível. É pelo enunciado que se tem o modo como existem essas unidades de signos (MACHADO, 2006, p 152).

Trata-se de afirmar que para Foucault uma frase ou uma proposição só é possível através da função enunciativa, isto é, elas deixam de ser simplesmente amontoados de signos e se tornam unidades discursivas através do enunciado.

O enunciado ele mesmo não funciona de acordo com as regras gramaticais e nem de acordo com as regras proposicionais, mas isso não quer dizer que ele seja desregrado. Ao contrário, há uma regularidade assinalada pelas práticas discursivas de um determinado período da história. Isso também quer dizer que o enunciado nunca existe de forma autônoma, isto é, isolado, sozinho, único. Diferentemente, o enunciado só existe em relação com outros enunciados dispostos em um domínio específico. Esse domínio não é um espaço anárquico, mas se estrutura de acordo com as regras discursivas de cada época. Ademais, o enunciado não é uma espécie de disposição dos signos, ele é a função que possibilita que os signos sejam dispostos e identificados como diferentes unidades, ele é a função que possibilita as relações dos objetos nas diferentes unidades discursivas.

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdo concretos, no tempo e no espaço (FOUCAULT, 2005, p 105).

Não é em direção a continuidade histórica que Foucault tende ao conceber o enunciado, mas a análise dos acontecimentos discursivos. São os enunciados que introduzem os objetos discursivos no tempo e no espaço e tais enunciados são situados historicamente. Isso quer dizer que os objetos históricos não são tomados como objetos sempre-presentes, metafísicos ou supra

históricos, mas são considerados como séries de acontecimentos datados e situados espacialmente e que podem ter suas regras de formação explicitadas.

Ao se questionar a respeito das unidades discursivas que podem ser levadas em consideração ao realizar a sua análise discursiva, Foucault problematiza a unidade do livro. O livro, como objeto que possui seus próprios limites materiais, com suas linhas, com suas palavras bem delimitadas, não seria uma unidade do discurso? Sobre a identificação de uma unidade do discurso na presença material do livro Foucault afirma diretamente isto:

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. E esse jogo de remissões não é homólogo, conforme se refira a um tratado de matemática, a um comentário de textos, a uma narração histórica, a um episódio em um ciclo romanesco; em qualquer um dos casos, a unidade do livro, mesmo entendida como feixe de relações, não pode ser considerada como idêntica. Por mais que o livro se apresente como um objeto que se tem na mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa. Assim que a questionamos, ela perde sua evidência; não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos (FOUCAULT, 2005, p 28).

Nesse aspecto não se trata de considerar o livro como uma unidade sempre idêntica e autônoma. É melhor designá-lo como nó, como elo, como um ponto de intersecção de diferentes linhas. O livro não é simplesmente o objeto material com capa de couro e folhas macias que é organizado na estante da livraria, ele é um nó efetivado pelas relações de um campo discursivo. Nesse aspecto, a arqueologia do saber busca evidenciar as regras de formação do saber ao indicar os campos discursivos nos quais unidades discursivas relativas podem aparecer.

Foucault compreende que os objetos discursivos são produzidos e mutáveis. Isso quer dizer que o objeto passou a existir em determinado momento histórico e que ele se transforma ao longo do tempo e pode deixar de existir. Em uma unidade discursiva, em respeito à sua continuidade, diz Foucault, “[...] não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam, [...] mas o estabelecimento de relação entre superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados” (FOUCAULT, 2005, p 57). O que permanece é a superfície e suas relações, pode-se dizer, o que permanece em uma unidade discursiva é o campo de possibilidade dos objetos discursivos. Estes, ao contrário, são mutáveis mesmo dentro de um campo discursivo específico.

O livro, considerado como nó, como ponto de intersecção, como rede, é condicionado pela função enunciativa. O campo discursivo que possibilita o surgimento de um livro

específico, nesse sentido, possibilita a explicitação das relações entre diferentes funções enunciativas. Cabe aqui a pergunta: qual a relação entre práticas discursivas e enunciados? Qual a relação entre as práticas discursivas estabelecidas em uma determinada época e os enunciados que se relacionam nos campos discursivos?

Quando uma série de enunciados tem como campo de emergência uma mesma formação discursiva dá-se o nome de discurso à essa série. Nesse aspecto, o enunciado seria a parte mais indivisível do discurso, como um átomo é a parte mais indivisível da matéria. O enunciado é sempre enunciado de um campo específico, e é papel do arqueólogo do saber, dirá Foucault, reconstituir tal domínio através da explicitação das regularidades discursivas de cada época.

Ao analisar a relação do discurso e do enunciado em Foucault, Machado afirma diretamente isto:

Trata-se de formular regras capazes de reger a formação dos discursos. A essas regras, que são as condições de existência de um discurso, e devem explicitar como os discursos aparecem e se distribuem no interior de um conjunto, Foucault chama “regras de formação” (MACHADO, 2006, p 146).

O arqueólogo do saber se preocupa com a ordem que possibilita que determinados discursos possam existir. O próprio discurso não aparece isoladamente, mas em conjunto com outros discursos que compartilham das mesmas regras de formação. É por isso que se pode falar em análise das regularidades discursivas, pois o discurso está sempre em um conjunto ordenado que possibilita sua existência. São as formações discursivas, com suas regras e enunciados, que possibilitam a emergência de um objeto discursivo. Dreyfus e Rabinow afirmam claramente isso quando dizem que Foucault, na época em que escreveu sua *Arqueologia do Saber*, “[...] compreendeu que, longe de serem diferenciadas por seus objetos, as formações discursivas produzem o objeto sobre o qual falam” (2010, pp 80 81). Dessa forma, um discurso qualquer não pode ser delimitado apenas a partir do objeto de que fala, pois o objeto – e suas mutações – estão sujeitos às formações discursivas.

Nesse aspecto, a ideia de *acontecimento* pode ser invocada. Dizer acontecimentos discursivos é dizer, ao mesmo tempo, que os discursos são práticas. Eles não são objetos dados de uma vez por todas, mas são efetivados, realizados, produzidos. A função enunciativa tem suas próprias condições de funcionamento, e essas condições são oriundas das práticas de cada época. Souza, ao comentar a arqueologia foucaultiana, afirma isto:

A ideia que deve ficar clara quando se está a falar de prática discursiva é a de que “falar é fazer alguma coisa” diversa da explicitação do pensamento, ou

seja, no nível arqueológico, falar funciona como um acontecimento localizado na história não sujeito à “soberania do sujeito” ou a uma objetividade atemporal. A prática discursiva é um exercício anônimo de instituições espacial e temporal da própria instância de onde se fala (SOUZA, 2006, p 182).

Em outras palavras, o discurso não é simplesmente a representação do pensamento ou uma extensão dele, isto é, o discurso não está fundado na concepção de sujeito constituinte encontrada na fenomenologia. Discursar é, ao mesmo tempo, produzir, criar, fazer. E não é o sujeito autônomo que produz. Trata-se de afirmar que o próprio sujeito é uma função das práticas discursivas das instituições.

Ao invés de se questionar o que o sujeito quer quando fala alguma coisa, qual o significado escondido nas palavras ditas, qual a intenção estratégica firma pelo sujeito ao falar, o crucial é questionar a instância de onde se fala e, portanto, se faz o objetivo discursivo. Ao invés de dizer que o sujeito é quem funda o discurso, para Foucault é necessário cogitar que é o discurso que perpassa o sujeito ao fazê-lo função discursiva. O próprio saber, nesse mesmo sentido, não é diferente. O saber não é uma forma mais evoluída das formações discursivas, o saber não é a última etapa do discurso, ao contrário, ele mesmo é discurso e produto das práticas discursivas de uma época específica. Assim, as transformações dos objetos discursivos não se dão através dos “descobrimientos de verdades mais verdadeiras” ou do “aprimoramento do método de pesquisa”. O que se modifica são as regras das formações discursivas. De acordo com Foucault

A afirmação de que a Terra é redonda ou de que as espécies evoluem não constitui o mesmo enunciado antes e depois de Copérnico, antes e depois de Darwin; não é que, para formulações tão simples, o sentido das palavras tenha mudado; o que se modificou foi a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo da experiência, de verificações possíveis, de problemas a serem resolvidos, ao qual podemos remetê-las. A frase “os sonhos realizam os desejos” pode ser repetida através dos séculos; não é o mesmo enunciado em Platão e em Freud (FOUCAULT, 2005, p 126).

Portanto, a análise do discurso realizada por Foucault não busca a origem secreta do discurso ou seu verdadeiro significado profundo e obscuro. O objetivo dela é “[...] descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar [...] as formas específicas de um acúmulo [...]. Não é tampouco decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma positividade” (FOUCAULT, 2005, pp 152 153). Para Machado isso significa uma coisa:

Isso significa dizer que a arqueologia analisa os discursos como práticas que obedecem a regras de formação: dos objetos, dos modos de enunciação, dos conceitos e dos temas e teorias, como procurei mostrar. Analisar as regras de formação dos discursos é estabelecer o tipo de positividade que os caracteriza. E essa positividade é a positividade de um saber e não a de uma ciência. Quando a arqueologia descreve uma “formação discursiva”, determinando em seus quatro níveis suas regras de formação, aquilo que está sendo definido é um saber (MACHADO, 2006, p 154).

A positividade, explica Machado, é a positividade de um saber e não a de uma disciplina científica. A arqueologia, nesse sentido específico, não é uma filosofia da ciência, pois saber e ciência não são idênticos do ponto de vista arqueológico, e nem mesmo a ciência é a última (mais acabada, completa, em suma, verdadeira) etapa de evolução do saber. Delimitando a unidade do discurso através da regularidade da função enunciativa, Foucault introduz as positivities no interior dessas unidades. É a positividade do discurso que indica um campo em que conceitos específicos podem transformar, relacionar, polemizar. De acordo com o autor francês, essas positivities podem ser vistas como “*a priori* históricos”, termo diverso daquele utilizado pela tradição filosófica desde Immanuel Kant, pois enquanto para Kant o *a priori* é transcendental e é a condição de possibilidade de todo conhecimento humano, o *a priori* de Foucault é histórico, tem suas regras historicamente firmadas, e é a condição de possibilidade dos saberes. Passando a palavra para o próprio autor francês, ele diz que

Esse *a priori* [histórico] é aquilo que numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos [...] e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro (FOUCAULT, 1999, pp 218 219).

A análise arqueológica procede estabelecendo recortes históricos horizontais, mas isso só é possível através da constatação de que determinados saberes existentes em determinados momentos históricos estão dispostos em um mesmo campo discursivo e são regidos pelas mesmas regras discursivas. Em outras palavras, os cortes horizontais produzidos pela arqueologia implicam “homogeneidades” verticais.

Essa expressão [*a priori* histórico] serve para designar o conjunto de regras que condicionam, para todos os discursos de uma dada época, a formação de seus objetos, a definição de seus conceitos, a elaboração de seus métodos tal como a forma de sua veracidade. [...] assim, é possível revelar a rede de necessidades que percorre e unifica o conjunto do saber, para além da

divergência de doutrinas particulares ou projetos singulares<sup>1</sup> (SABOT, 2006, p 205).

Em outras palavras, é preciso identificar o *a priori* histórico comum das diferentes unidades discursivas. Machado afirma que “o que pretende Foucault com o termo *a priori* é assinalar o elemento a partir do qual a *episteme* é condição de possibilidade dos saberes de determinada época ou em que sentido a análise arqueológica se realiza no nível da profundidade” (2006, p 135).

Analisando a função enunciativa no interior de um dado discurso, Foucault direciona sua análise para as condições históricas de possibilidade de um dado saber. Stival afirma diretamente isso ao explicitar que mesmo a emergência de um saber é condicionada por regras específicas de emergência. De acordo com Stival

[...] as regras de uma formação discursiva são contingentes na geografia e no tempo por não obedecerem a alguma estrutura que as preceda, que preceda a prática discursiva; mas a prática discursiva passada, em análise, constitui uma positividade cujas regras já estão formadas e podem então ser descritas, inclusive no processo de emergência de enunciados nessa formação discursiva [...]. O processo de emergência do discurso obedece então a uma “regularidade específica” (2019, pp 289 290).

Nesse aspecto, as práticas discursivas já formadas podem ser positivamente apreendidas. É a regularidade da emergência dos saberes que é objeto de análise para a arqueologia do saber. A formação das regras que possibilitam a emergência de um discurso são contingentes, mas a emergência dos discursos são condicionados por tais regras contingentes.

Pode-se constatar que, por um lado, a ideia de *a priori* histórico remete as condições históricas de surgimento de um espaço de saberes, e a concepção de *episteme* remete ao caráter de ordem desse surgimento. Sendo a *episteme* foucaultiana de acordo com Canguilhem: “O conceito de *episteme* é o húmus, e sobre ele só podem brotar certas formas de organização do discurso, sem que a confrontação com outras formas possa relevar de um julgamento de apreciação” (2012, pp 22 23). Assim, tanto as condições de emergência como a ordem de existência dos discursos são historicamente edificadas. Pode-se dizer que a arqueologia é um

---

<sup>1</sup> Traduzido por mim, confira original: “Cette expression sert à désigner l’ensemble des règles qui conditionne, pour tous les discours d’une époque donnée, la formation de leurs objets, la définition de leurs concepts, l’élaboration de leurs méthodes ainsi que la forme de leur véridiction. [...] permet donc de faire apparaître le réseau de nécessités qui parcourt et unifie l’ensemble du savoir, au-delà de la divergence des doctrines particulières ou des projets singuliers (SABOT, 2006, p 205).

instrumento de análise histórica, pois ela vai considerar que é na história que se deve buscar o ponto de emergência dos sistemas de pensamento e sua armadura ordenadora.

## 2. O PROJETO ARQUEOLÓGICO EM AS PALAVRAS E AS COISAS

A partir da caracterização dos elementos gerais da analítica arqueológica foucaultiana é possível então perfazer alguns passos do autor em sua obra intitulada *As palavras e as coisas* e verificar tal analítica em ação. Logo no prefácio da referida obra, o autor francês resgata uma peculiar classificação de animais que Jorge Luís Borges (1899- 1986) encontra em uma enciclopédia chinesa:

a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas (FOUCAULT, 1999, p IX).

Contudo, é preciso questionar o que chama a atenção de Foucault nesta peculiar classificação para que possamos identificar sua pertinência arqueológica. Aparentemente tal classificação pode causar certo estranhamento numa rápida leitura, mas aos olhos do filósofo francês ela diz muito, isto é, ela é um sintoma; ela ressalta um dos pontos abarcados anteriormente, tal classificação é o enunciado de um tipo de formação discursiva, na qual podemos observar uma disposição de objetos. Nas palavras do autor:

[...] gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos (FOUCAULT, 1999, p 55).

O que está em jogo em *As palavras e as coisas* não é uma leitura voltada a analisar o significante e o significado, os objetos e o que as palavras representam. O que chama a atenção de Foucault é buscar a condição de possibilidade da emergência de certos tipos de discursos, o solo no qual eles foram capazes de germinar, um espaço novo que se encontra e também desaparece entre as palavras e as coisas.

"As palavras e as coisas" é o título - sério – de um problema; é o título - irônico - do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos

de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas (FOUCAULT, 1999, p 55).

Segundo Foucault, é esse “mais” que deve ser buscado, a partir deste espaço aberto entre as palavras e as coisas que condicionou toda a formação de um determinado tipo de saber. Para os fins desse trabalho iremos analisar a concepção do signo nos séculos XVII e XVIII, denominado pelo autor como idade da representação. Nesse sentido, a partir desse período há alguns elementos *epistêmicos* condicionantes para que uma nova forma de concepção de linguagem possibilite a emergência de três positivities: gramática geral, história natural e análise das riquezas.

Antes de analisarmos as positivities e suas condições de possibilidade emergentes na idade da representação, isto é, nos séculos XVII e XVIII, faz-se necessário explicitar quais eram as unidades discursivas e o *a priori* histórico referente ao Renascimento, isto é, do século XVI. Em outras palavras, a condição de possibilidade dos saberes do Renascimento e da Idade Clássica não são as mesmas, os próprio saberes condicionados por essas condições não são os mesmos. É necessário, portanto, analisar o que Foucault afirmou a respeito da função enunciativa e do *a priori* histórico da Idade Renascentista para poder vislumbrar a ruptura que existiu com a Idade Clássica.

De acordo com Sabot,

O conjunto da obra *As palavras e as coisas* se apresenta primeiramente como uma vasta investigação sobre as modalidades do conhecer, ou mais precisamente sobre a relação que liga os conhecimentos objetivos, especialmente aqueles que as ciências empíricas da natureza, da linguagem e da riqueza produzem, às estruturas *a priori* que condicionam historicamente a forma de sua objetividade, bem como o tipo de relação que essas ciências podem estabelecer umas com as outras em um momento dado de sua história. Esses modos de estruturação do discurso científico remetem à dimensão que Foucault chama *episteme*, pela qual é designado [...] « o conjunto de relações que se pode descobrir, para uma dada época, entre as ciências, quando as analisamos ao nível das regularidades discursivas ». Em outras palavras, o objetivo principal da arqueologia foucaultiana é explicar essa articulação entre o nível dos conhecimentos científicos, tais como existem e funcionam com sua própria regularidade e o nível «*epistêmico*» do saber, onde esses conhecimentos encontram suas próprias condições de possibilidade histórica (2006, pp 4 5).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Traduzido por mim, confira original: “L’ensemble des Mots et les choses se présente d’abord comme une vaste enquête sur les modalités du connaître, ou plus précisément sur le rapport qui lie les connaissances objectives, notamment celles que produisent les sciences empiriques de la nature, du langage et des richesses, à des structures *a priori* qui conditionnent historiquement la forme de leur objectivité ainsi que le type de relations que ces sciences peuvent entretenir les unes avec les autres à un moment donné de leur histoire. Ces modes de structuration des discours scientifiques renvoient à la dimension de ce que Foucault appelle l’épistémè, par où se trouve désigné [...] « l’ensemble des

Com seu método arqueológico Foucault nota que não há uma ligação direta entre as palavras e as coisas, estas não são irmãs siamesas. Na verdade, na empreitada de identificar as condições de possibilidade das positivities que tornaram possível a emergência do homem como objeto e condição do saber, Foucault supõe que é no espaço que existe entre as palavras e as coisas que emergirão empiricidades. É este o caso, na Idade Clássica, da Gramática Geral, da História Natural e também da Análise das Riquezas, esses saberes surgem a partir do espaço que existe entre as palavras e as coisas. Esse espaço entre as palavras e as coisas, esse pano de fundo que possibilita que os saberes emerjam, enfim, esse *a priori* histórico é o primado da linguagem.

Mas o que quer dizer, exatamente, o termo foucaultiano *a priori* histórico? Deleuze explicita-o:

Foucault está perto do “distribucionalismo” e, segundo a existência da Arqueologia, parte sempre de um corpus determinado e não-infinito, por mais diverso que seja, de palavras e textos, de frases e proposições, emitidos numa época e cujas “regularidades” enunciativas ele procura destacar. Assim, a própria condição é histórica, o *a priori* é histórico: o grande murmúrio, em outras palavras o ser-linguagem ou o “há” da linguagem, não é menos singular, “ser enigmático e precário” que não se pode isolar desse ou daquele modo. Cada época tem a sua maneira de reunir à linguagem, em função de seus corpus (DELEUZE, 2013, p 65).

Há, portanto, um primado da linguagem. Entre o significado e o significante não há uma ligação direta, mas uma rede que possibilita os saberes. Entre as palavras e as coisas há um espaço em que a ordem dos saberes é arbitrariamente edificada. É nesse espaço que a arqueologia foucaultiana irá se inserir para identificar como os saberes são formados a partir dessas condições *a priori* e históricas. Em suma, a arqueologia não se perguntará o porquê dos saberes, mas como eles são condicionados pelo modo de relação entre as palavras e as coisas que é, ela mesma, histórica.

Levando o que foi supra exposto em consideração em primeiro lugar nos deteremos com os saberes do século XVI e suas condições de possibilidade, isto é, focaremos a análise no modo pelo qual Foucault utiliza a arqueologia para analisar o Renascimento e apontá-lo como a idade

---

relations qu'on peut découvrir, pour une époque donnée, entre les sciences quand on les analyse au niveau des régularités discursives ». Autrement dit, l'objectif principal de l'archéologie foucauldienne est de rendre compte de cette articulation entre le niveau des connaissances scientifiques, telles qu'elles existent et fonctionnent avec leur régularité propre et le niveau « épistémique » du savoir, où ces connaissances viennent trouver leurs propres conditions de possibilité historiques” (SABOT, 2006, pp 4 5).

da similitude e, em segundo lugar, redirecionaremos a análise para os saberes da Idade Clássica e o modo pelo qual Foucault usa seu aparato analítico para identificar o século XVII e XVIII como a idade da representação.

Foucault expõe a análise arqueológica do renascimento principalmente em sua obra *As Palavras e as Coisas*. Para ele é a semelhança o pano de fundo sobre o qual se dá o pano de fundo do Renascimento. Nas palavras do próprio Foucault, “a semelhança era a forma invisível daquilo que, do fundo do mundo, tornava as coisas visíveis; mas para que essa forma, por sua vez, venha até a luz, é necessária uma figura visível que a tire de sua profunda invisibilidade” (FOUCAULT, 1999, p 36). A forma do pensamento era dada pela semelhança e ela só poderia tornar-se visível através desse mesmo pensamento que ela formava. De acordo com Marietti, a arqueologia de Foucault “precisa até que ponto a linguagem faz parte da distribuição concreta das similitudes, assim como o próprio signo (ou como a assinatura), deve aí ser apreendido como natureza, tanto como os animais, as plantas ou as estrelas” (MARIETTI, 1977, p 46). Nesse aspecto, o discurso da idade do renascimento funcionava marcando as semelhanças do mundo.

O autor identifica quatro estilos ou figuras da similitude que constituem os saberes do renascimento, são elas, a conveniência, a emulação, a analogia e a simpatia. Vejamos a seguir.

As coisas que são convenientes são aquelas que se emparelham, se aproximam, se assemelham devido a vizinhança que ocupam (FOUCAULT, 1999, p 25). O emparelhamento e a aproximação das coisas é tomado como signo que indica um parentesco que deve ser interpretado. Nesse aspecto, a conveniência é uma semelhança que existe devido ao local em que a natureza as colocou.

A emulação, diferentemente, é contraposta à concepção de conveniência. Nela, a aproximação espacial que existia na conveniência deixa de funcionar e ela se efetiva mesmo à distância. Cada parte do universo é conectada à distância aos outros pedaços e espelha-os (SABOT, 2006, p 37).

A terceira figura da similitude é identificada por Foucault como a analogia. Essa mescla o estilo de funcionamento da conveniência com o funcionamento da emulação, isto é, ela identifica a semelhança tanto através das características físicas presentes nas aproximações entre as coisas, como também identifica semelhanças sutis à distância (FOUCAULT, 1999, p 29). Ela é, para Foucault, uma das formas da semelhança que mais teve efeitos na sociedade renascentista.

A quarta figura da semelhança apontada pelo autor francês existe tal qual uma moeda, isto é, ela tem um avesso. Esse tipo de semelhança é a simpatia, com o seu avesso sempre

presente denominado de antipatia. A simpatia não é somente um estilo diferente de semelhança. Ela não sobrepõe as outras similitudes e as fazem funcionar juntas, ela tem, na verdade, uma função de assimilação. Enquanto as similitudes ainda preservam as especificidades das coisas, a simpatia assimila essas coisas e fazem expressar o Mesmo. Porém, para que a assimilação não ocorra completamente e transforme tudo na figura do Mesmo, a simpatia é sempre acompanhada da antipatia (FOUCAULT, 1999, p 33). É esta que impede que as coisas sejam assimiladas e preserva as especificidades delas. Nesse aspecto, enquanto a simpatia apaga as diferenças e busca a identidade, a simpatia faz o contrário, isto é, ela apaga a identidade e mantém o objeto em seu isolamento.

Nas palavras de Foucault,

A semelhança jamais permanece estável em si mesma; só é fixada se remete a outra similitude que, por sua vez, requer outras; de sorte que cada semelhança só vale pela acumulação de todas as outras, e que o mundo inteiro deve ser percorrido para que a mais tênue das analogias sejam justificadas e apareça enfim como certa. É, pois, um saber que poderá, que deverá proceder por acúmulo infinito de confirmações requerendo-se umas às outras. [...] Colocando a semelhança [...] como nexos entre o signo e o que ele indica, o saber do século XVI condenou-se a só conhecer sempre a mesma coisa, mas a conhecê-la apenas ao termo jamais atingido de um percurso infinito (FOUCAULT, 1999, pp 41 42).

A similitude aparece, portanto, dentro de uma rede de objetos ligados pela semelhança. Há sempre uma rede de similitude porque uma semelhança sempre buscará ser confirmada ou validada através de outra semelhança, procedendo por analogia até que o mundo todo esteja coberto pela similitude. A linguagem aparece como busca infinita da conexão entre o signo e aquilo que é indicado por ele.

O mundo é coberto de signos que é preciso decifrar, e estes signos, que revelam, semelhanças e afinidades, não passam, eles próprios, de formas da similitude. Conhecer será, pois, interpretar: ir da marca visível ao que se diz através dela e, sem ela, permaneceria palavra muda, adormecida nas coisas. [...] Ora, esses signos que se interpretam só designam o oculto na medida em que se lhe assemelham; e não se atuará sobre as marcas sem operar ao mesmo tempo sobre o que é, por elas, secretamente indicado (FOUCAULT, 1999, pp 44 45).

Nessa concepção de linguagem do século XVI os signos devem ser interpretados seguindo as regras da semelhança. Em outras palavras, os signos do mundo que são demarcados pela similitude são interpretados às regras da semelhança e seu modo de funcionar por analogia.

A própria linguagem é um signo como outro qualquer, ela própria deve ser interpretada. Foucault afirma diretamente isto:

A linguagem faz parte da grande distribuição das similitudes e das assinalações. Por conseguinte, deve, ela própria, ser estudada como uma coisa da natureza. Seus elementos têm, como os animais, as plantas ou as estrelas, suas leis de afinidade e de conveniência, suas analogias obrigatórias (FOUCAULT, 1999, p 48).

O conhecimento emergido no renascimento é, essencialmente, um conhecimento interpretativo. Para o saber do renascimento o mundo carregava as marcas da similitude que também existia no pensamento. De acordo com Marietti, “os signos da linguagem indicam os signos das similitudes das coisas, cujo texto fundamental é ainda constantemente suscetível de revelar o segredo de sua escritura sob o labor da interpretação” (MARIETTI, 1977, p 50). Em outras palavras, como os signos da linguagem estão associados aos signos do mundo através das regras da similitude, basta, para o pensamento, interpretar o mundo, interpretar o texto, interpretar as coisas.

É nesse mesmo sentido que Foucault afirma que “saber consiste, pois, em referir a linguagem à linguagem. Em restituir a grande planície uniforme das palavras e das coisas. Em fazer tudo falar. Isto é, em fazer nascer, por sobre todas as marcas, o discurso segundo do comentário. O que é próprio do saber não é nem ver nem demonstrar, mas interpretar [...]” (FOUCAULT, 1999, p 55). A ideia segundo a qual o saber consiste em a linguagem se referir à linguagem é esclarecida através do termo comentário: os signos se referem aos signos, os signos do pensamento se referem aos signos do mundo, a escrita se refere àquilo que já foram escritos outrora.

Qual é então o aspecto epistemológico próprio ao saber renascentista? Como a natureza se apresenta como um vasto conjunto de « legendas » (coisas legíveis), esse saber assumirá a forma de uma hermenêutica e de um comentário (« A escrita das coisas»). Há um profundo copertencimento entre a linguagem e o mundo, o que resulta na reversibilidade integral da ligação entre uma natureza a ser lida (isto é, a ser decifrada e comentada) como um livro e uma linguagem considerada como uma coisa da natureza (tendencialmente unificada sob o regime do semelhante): desse modo, esse quiasma entre o conhecimento da natureza e a experiência da linguagem contribui para colocar sob o mesmo plano do saber a ciência, a magia e a erudição (SABOT, 2006, p 37).<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Traduzido por mim, confira original: “Quelle est alors l’allure épistémologique propre au savoir renaissant? Comme la nature se présente comme un vaste ensemble de «legendas» (choses à lire), ce savoir prendra la forme d’une herméneutique et d’un commentaire («L’écriture des choses»). Il y a une

Para Foucault, portanto, a natureza existe sobre a forma da similitude e têm suas marcas identificadas na linguagem. Assim, é interpretando e comentando, é fazendo funcionar o princípio da similitude que o conhecimento do século XVI pode-se formar. Ao interpretar, a escrita se refere aquilo que já foi dito, produzindo um comentário, em suma, produzindo um dito sobre o já dito. Para Michel Foucault a rede de remissões que é criada ao comentar é fundamentada nas quatro formas da semelhança.

## 2.1 A REPRESENTAÇÃO

Como dito anteriormente, uma das características da filosofia foucaultiana é analisar a formação dos discursos a partir das rupturas. Nesse sentido, antes da Idade da Representação o pano de fundo dos saberes que estava em voga era a similitude. Qual será o ponto de ruptura? O que marcará a passagem de um período a outro?

Apesar de Foucault não focar em pontos de ruptura e não buscar a causa motriz delas, na passagem da similitude para a o período da Representação o autor francês dará ênfase na importância de René Descartes (1596- 1650) para a nova ordem do discurso. Em suas palavras,

A crítica cartesiana é de outro tipo. Não é mais o pensamento do século XVI inquietando-se diante de si mesmo e começando a se desprender de suas mais familiares figuras; é o pensamento clássico excluindo a semelhança como experiência fundamental e forma primeira do saber, denunciando nela um misto confuso que cumpre analisar em termos de identidade e de diferenças, de medida e de ordem. Se Descartes recusa a semelhança, não é excluindo do pensamento racional o ato de comparação, nem buscando limitá-lo, mas, ao contrário, universalizando-o e dando-lhe assim sua mais pura forma (FOUCAULT, 1999, pp 71- 72)

Em outras palavras, Descartes não é a forma mais rebuscada do pensamento vinculado a semelhança, ele é, diferentemente, um sinal de que a similitude já não funciona como pano de fundo do saber. Em conformidade com o que Foucault defende, em *Regras para a orientação do espírito*, Descartes já na primeira regra retira o pano de fundo da similitude, pois em suas palavras: “Os homens têm por hábito, em todos os casos em que reconhecem alguma

---

profonde coappartenance du langage et du monde, qui se traduit par la réversibilité intégrale du lien entre une nature à lire (c’est-à-dire à déchiffrer et à commenter) comme un livre et un langage tenu pour une chose de nature (tendanciellement unifiée sous le régime du semblable): ce chiasme entre la connaissance de la nature et l’expérience du langage contribue ainsi à mettre sur le même plan de savoir la science, la magie et l’érudition” (SABOT, 2006, p 37).

semelhança entre duas coisas, julgar as duas a um só tempo, mesmo no ponto em que elas diferem, aplicando-lhes o que reconheceram como verdadeiro de uma delas” (DESCARTES, 2021, p 11). Tal hábito faz com que os homens se desviem da meta geral que Descartes estabelece para a ciência emergente que formula: “[...] dar ao espírito uma direção que lhe permita formular juízos sólidos e verdadeiros sobre tudo que se lhe apresenta” (DESCARTES, 2021, p 11). Nesse aspecto, a similitude cartesiana não é aquilo que ordena todo o saber, ela é, diferentemente, aquilo que desordena o saber, aquilo que causa juízos líquidos e falsos.

Para essa nova formulação do conhecimento, Foucault identifica nas regras cartesianas a emergência de dois novos tipos de comparação: a medida e a ordem (1999, p 72). Assim, ele identifica em Descartes duas funções que o novo pano de fundo da representação terá a partir da medida.

É por isso que, só tratando aqui das coisas na medida em que são percebidas pelo entendimento, denominamos simples somente aquelas cujo conhecimento é tão nítido e tão distinto que a inteligência não pode dividi-las em várias outras conhecidas mais distintamente (DESCARTES, 2021, p 74).

A medida é a parte mais indivisível que se pode efetuar dentro de um todo do conhecimento, Foucault então a define como aquela que: “[...] estabelece elementos, os mais simples que se possam encontrar, e dispõe as diferenças segundo os graus mais fracos possíveis” (1999, p 73). Por outro lado, a ordem é aquela que Descartes afirma ser composta da medida (2021, p 74) e que Foucault coloca como aquela que “[...] analisa em unidades para estabelecer relações de igualdade e de desigualdade [...]” (1999, p 73), ou seja, enquanto uma divide o todo do conhecimento em menores partes até que seja formada uma natureza simples de fácil assimilação a outra analisa as unidades e efetua as relações de igualdade e desigualdade. De modo que,

E é nisso justamente que consistem o método e seu “progresso”: reduzir toda medida (toda determinação pela igualdade e a igualdade) a uma colocação em série que, partindo do simples, faz aparecer as diferenças como graus de complexidade. O semelhante, depois de ter sido analisado segundo a unidade e as relações de igualdade ou de desigualdade, é analisado segundo a identidade evidente e as diferenças: diferenças que podem ser pensadas na ordem das inferências. Entretanto, essa ordem ou comparação generalizada só se estabelece conforme o encadeamento do conhecimento; o caráter absoluto que se reconhece ao que é simples não concerne ao ser das coisas, mas, sim, à maneira como elas podem ser conhecidas (FOUCAULT, 1999, p 74).

E é essa a caracterização geral da ciência da ordem, isto é, a *mathesis universalis*. A *mathesis universalis* é caracterizada por Descartes como “[...] uma ciência geral que explique

tudo quanto se pode procurar referente à ordem e à medida, sem as aplicar a uma matéria especial [...]” (2021, p 31). Tal ciência não seria uma disciplina isolada, mas antes “[...] uma outra disciplina da qual elas [Matemáticas comuns] são antes as vestes do que as partes. Essa disciplina deve, de fato, conter os primeiros rudimentos da razão humana e estender sua ação até fazer jorrar as verdades de qualquer assunto que seja” (DESCARTES, 2021, pp 27 28). Pode-se perceber que para Foucault a ciência da ordem adquire assim o papel de condicionador do conhecimento, e identifica nas regras cartesianas a nova forma pela qual a representação se desdobra e possibilita a emergência de novos saberes, os quais pressupõem uma *mathesis* para sua formação.

A mensagem fundamental das *Regulae*, cuja interpretação Lebrun assinalou muito bem, não parece dizer respeito, em primeiro lugar, à formação do espírito matemático no sentido estrito, mas ao espírito de ordem [...] Percorrendo o texto cartesiano, desde a Regra VIII até a XIV, o que se observa é a insistência em preparar o verdadeiro sábio, que deve, “ao menos uma vez na vida” (Regra VIII) investigar seu instrumento de trabalho, o método; deve instruir-se no *métier* dos artesãos (Regra IX) e na experiência. Uma vez adquirido esse espírito de ordem, conhecer será algo bastante simples, não havendo por que privilegiar certas ciências, e não outras. [...] Pode-se, sem dúvida, falar numa *mathesis universalis*. Todo universo cartesiano é, num certo sentido, matemático ou geométrico, mais precisamente. Trata da extensão: linhas, superfícies, figuras. Mas, exatamente por ser universal, essa *mathesis* não se reduz ao quantitativo. É também, qualitativa (TERNES, 1998, p 40).

Ora, eis a importância, demonstrada na citação acima de Ternes, que as regras cartesianas têm para a análise foucaultiana. Estas não querem estabelecer um novo paradigma que seja exclusivo às matemáticas. O que está em jogo é o método. O apelo ao método é para enquadrar o mundo em uma ordem que o represente a partir de um fundamento criterioso, no qual se busca uma nova organização *epistêmica*, não exclusivamente voltada para o quantitativo matemático, mas também buscando estabelecer uma ordenação qualitativa dos saberes.

Percebe-se que a forma singular da cultura no século XVI, que precisa sempre interpretar, pois a verdade se encontra, sempre, na superfície iluminada das coisas, mudará drasticamente na virada para o século XVII. Não é uma simples inovação metodológica. Será preciso uma mudança ontológica. O saber, e o cartesianismo é uma expressão disso, dispensa o comentário. Somente o Cogito, liberto do mundo, poderá chegar ao conhecimento verdadeiro a partir do espaço de sua nova ordem. A idade clássica encontrará seu fim quando, no século XIX, novamente a ordem do conhecimento impor-se-á que se interprete e que seja sempre feito o comentário no saber.

Retornemos especificamente a idade da representação. Torna-se necessário trabalharmos com a questão do novo papel do signo do período clássico. Segundo Canguilhem:

A linguagem não é mais, como no Renascimento, a assinatura ou a marca das coisas. Ela se torna o instrumento de manipulação, de mobilização, de reaproximação e de comparação das coisas, o órgão que permite compô-las em um quadro universal das identidades e das diferenças, distribuidor e não revelador da ordem [...]. Aliás, quando se fala em matematização, pensa-se sempre, ordinariamente, na medida das coisas. Ora, é a ordenação delas que deveria aparecer-nos como primordial (2012, p 14).

O signo desloca seu papel da similitude do Renascimento, deixa de ser marca e assinalações das semelhanças e se desdobra a partir do quadro das identidades e diferenças. O novo papel que o signo passa a desempenhar mobiliza a linguagem a ser uma difusora da ordenação.

De acordo com Foucault, o signo na representação atua mediante três variáveis. A primeira é a origem da ligação, podendo o signo ser: “[...] natural (como o reflexo num espelho designa o que ele reflete) ou de convenção (como uma palavra, para um grupo de homens, pode significar uma ideia)” (FOUCAULT, 1999, p 80). A segunda é o tipo de ligação, podendo o signo ser referente ao conjunto do qual ele representa ou separado (FOUCAULT, 1999, p 80). A terceira é a certeza da ligação, podendo ter certeza do teor da ligação ou apenas um certo grau de probabilidade (FOUCAULT, 1999, pp 80 81).

Com base nestas variáveis Foucault afirma que “[...] só há signo a partir do momento em que se acha conhecida a possibilidade de uma relação de substituição entre dois elementos já conhecidos. O signo não espera silenciosamente a vinda daquele que pode reconhecê-lo: ele só se constitui por um ato de conhecimento” (FOUCAULT, 1999, p 81). O signo no período clássico é para o autor um ato de conhecimento, a partir de uma relação entre dois elementos de natureza conhecida essa relação instaura um sistema de conhecimento.

[...] o signo pode ter duas posições: ou faz parte, a título de elemento, daquilo que ele serve para designar; ou é dele real e atualmente separado. Na verdade, essa alternativa não é radical; pois o signo, para funcionar, deve estar ao mesmo tempo inserido no que ele significa e dele distinto. Com efeito, para que o signo seja o que é, é preciso que ele seja dado ao conhecimento ao mesmo tempo que aquilo que ele significa (FOUCAULT, 1999, p 83).

Foucault, assim, identifica o signo do período clássico não meramente como representação simplificada que remete a um objeto, mas o coloca como possibilidade do conhecimento. Se trata de afirmar que no pensamento clássico para cada objeto identificado é

preciso criar um signo ou, a partir de cada signo criado é preciso designar um objeto posteriormente.

[...] ele [signo do período clássico] não precisa mais se assemelhar àquilo que designa; ele precisa representá-lo (sob a forma de uma ideia dessa coisa que ele designa) e representar sua ligação ao que representa. A representação só representa alguma coisa sob a condição de se representar a si mesma como representação. Essa duplicação e reduplicação reflexiva da representação, constitutivas da teoria clássica dos signos, encontram seu paradigma no « quadro » - meio transparente e homogêneo onde se efetua a relação (objetiva e reflexiva) do signo com seu conteúdo e com outros signos<sup>4</sup> (SABOT, 2006, p 39).

A partir desta citação foi possível demonstrar que o signo não se encontra isolado em sua representação, o signo compõe um quadro de ordenação. Na medida que compõe este quadro, estabelece, também, relações com outros, criando, dessa forma, relações que estão inseridas numa rede, compondo o quadro da ordenação clássica dos saberes.

Em seu ser simples de ideia ou de imagem ou de percepção, associada ou substituída a uma outra, o elemento significante não é signo. Ele só se torna signo sob a condição de manifestar, além do mais, a relação que o liga àquilo que significa. É preciso que ele represente, mas que essa representação, por sua vez, se ache representável nele. [...] A partir da idade clássica, o signo é a representatividade da representação enquanto ela é representável (FOUCAULT, 1999, pp 88 89).

O signo apresenta no período clássico uma nova função: a representação. Mas é muito mais do que apenas uma relação entre significante e significado, pois na medida que o signo representa algo ele também condiciona a possibilidade de um conhecimento. Em um mesmo elo a representação significa, a partir do signo, aquilo que representa e a capacidade de conhecer enquanto o representa. O signo se torna no período clássico, segundo Foucault, uma representação reduplicada reflexiva, porque quando se representa indicando algum objeto, ele desdobra sobre si por ser a capacidade que dá forma ao conteúdo designado, uma duplicação sobre si numa análise refletida. Dito de outra maneira, o signo não apenas representa o objeto, mas representa a própria representação em sua possibilidade de representar.

---

<sup>4</sup>Traduzido por mim, confira original: [...] il n'a plus à ressembler à ce qu'il désigne ; il a à le représenter (sous la forme d'une idée de cette chose qu'il désigne) et à représenter son lien à ce qu'il représente. La représentation ne représente quelque chose qu'à la condition de se représenter elle-même comme représentation. Ce dédoublement et ce redoublement réflexif de la représentation, constitutifs de la théorie classique des signes, trouvent leur paradigme dans le «tableau» – milieu transparent et homogène où s'effectue la relation (objective et réflexive) du signe à son contenu et à d'autres signes" (SABOT, 2006, p 39).

Apesar do saber da similitude do Renascimento ter sido rompido, a similitude ainda desempenha um papel no pensamento clássico, mas não mais como condicionante do conhecimento.

Enquanto no século XVI a semelhança era a relação fundamental do ser consigo mesmo e a dobradura do mundo, na idade clássica ela é a mais simples forma sob a qual aparece o que se deve conhecer e que está mais afastado do próprio conhecimento. É por ela que a representação pode ser conhecida, isto é, comparada com as que podem ser similares, analisada em elementos (em elementos que lhe são comuns com outras representações), combinada com as que podem apresentar identidades parciais e distribuídas finalmente num quadro ordenado (FOUCAULT, 1999, p 94).

A similitude passa, de acordo com Foucault, a ter um papel analítico das representações, ao analisar as representações e as classificar, de acordo com sua igualdade e diferença, estrutura o conhecimento desempenhando um papel crítico dele. Para o autor, tal novo papel, desempenhado pela similitude, é feito devido a imaginação que reflete as semelhanças em uma relação mútua entre ambas (FOUCAULT, 1999, p 95).

Retomando a questão da *mathesis*, Foucault estabelece então a forma pela qual o saber do período clássico se articula.

O que torna possível o conjunto da *episteme* clássica é, primeiramente, a relação a um conhecimento da ordem. Quando se trata de ordenar as naturezas simples, recorre-se a uma *mathesis* cujo método universal é a Álgebra. Quando se trata de pôr em ordem naturezas complexas (as representações em geral, tais como são dadas na experiência), é necessário constituir uma *taxinomia* e, para tanto, instaurar um sistema de signos (FOUCAULT, 1999, p 99).

A *mathesis*, segundo o autor, recorre a Álgebra que se reporta a natureza simples, responsável em dividir o todo do conhecimento em partes elementares. A *taxinomia*, por sua vez, instaura um sistema de signos responsável por catalogar e mapear as diversas relações feitas a partir da representação. “[...] a *mathesis* é ciência das igualdades, portanto, das atribuições e dos juízos; é a ciência da verdade; já a *taxinomia* trata das identidades e das diferenças; é a ciência das articulações e das classes; é o saber dos seres” (FOUCAULT, 1999, p 102). Em resumo, enquanto a primeira efetua a comparação e a relação de igualdade e diferenças, a segunda articula e mapeia as relações formando um sistema de signos.

Podemos, de início, observar uma primeira divisão: ordenação das naturezas simples e ordenação das representações complexas. Se vamos ordenar naturezas simples, recorreremos a uma *mathesis*, por meio do método universal da álgebra. Se pretendemos ordenar naturezas complexas (ou representações complexas, fundadas na experiência), recorreremos a uma taxinomia, instaurando um sistema de signos (TERNES, 1998, p 81).

Enquanto a *mathesis* se enquadra no patamar dos juízos estabelecidos a partir da divisão de unidades que se tornam assimiláveis e comparáveis umas com as outras, de modo a efetuar relações de identidades e diferenças, a taxinomia se efetiva a partir de um domínio empírico. Esta, por sua vez, articula um quadro de ordenação que organiza a língua, classifica os seres e afere as riquezas, ou seja, ela articula o quadro sob o qual os saberes da Idade da Representação se efetuam.

Foucault pode então expor a configuração geral do saber clássico e os principais operadores epistemológicos do conhecimento empírico (“*Mathesis e taxinomia*”): *Mathesis* (ciência universal da ordem), *Taxinomia* (ciência das ordens empíricas, tais como surgem no domínio da linguagem, da natureza e das trocas) e análise genética dessas ordens. Assim, “falar”, “classificar”, “trocar” são, de certa maneira, os modos operatórios empíricos da função taxonômica do discurso. Ora, Foucault mostra que essas modalidades da representação não são apenas estreitamente correlatas umas às outras, mas também ordenadas a um certo primado da linguagem-discurso [...] <sup>5</sup> (SABOT, 2006, p 40).

As positivities resultantes do novo primado do discurso têm o mesmo pano de fundo dentro de sua estrutura do saber, tanto a Gramática Geral, História Natural e Análise das Riquezas nascem a partir da ordenação da representação. O projeto arqueológico não se ocupa da comparação entre essas três áreas, mas busca identificar a condição de possibilidade que permitiu com que esses saberes surgissem e como sua objetividade está atrelada as condições que possibilitaram sua emergência.

## 2.2 A GRAMÁTICA GERAL

---

<sup>5</sup> Traduzido por mim, confira original: “Foucault peut alors exposer la configuration générale du savoir classique et les principaux opérateurs épistémologiques de la connaissance empirique (“*Mathesis et Taxinomia*”): *Mathesis* (science universelle de l’ordre), *Taxinomia* (science des ordres empiriques, tels qu’ils émergent dans le domaine du langage, de la nature et des échanges) et analyse génétique de ces ordres. “Parler”, “classer”, “échanger” sont donc en quelque sorte des modes opératoires empiriques de la fonction taxinomique du discours. Or Foucault montre que ces modalités de la représentation sont non seulement étroitement corrélées les unes aux autres, mais encore ordonnées à un certain primat du langage-discours [...]” (SABOT, 2006, p 40).

A linguagem na Renascença estava disposta no pano de fundo epistemológico desta e, por conseguinte, ela estava delimitada pela *semelhança*. Em detalhes, Foucault sustenta que o século XVI teve como sua marca *epistêmica* singular a similitude, e a linguagem, imergida na *episteme* renascentista, não podia deixar de manifestar-se sob o fundo da *semelhança*. E isso pode ser vislumbrado quando o autor francês aponta a linguagem como uma linguagem que é sempre comentário. “Ora, este só pode exercer-se se houver linguagem - linguagem que preexistia silenciosamente ao discurso pelo qual se tenta fazê-la falar, para comentar, é preciso a antecedência absoluta do texto [...]” (FOUCAULT, 1999, p 109).

Assim, se há *semelhanças* que sinalizam o mundo e se há uma antecedência absoluta de um Texto que se relaciona com tais *semelhanças*, é à linguagem que será dado o papel de comentar esse texto primeiro. Trata-se de afirmar que por meio da linguagem que comenta o texto absolutamente antecedente as similitudes do mundo podem ser pensadas.

Porém, isso só ocorreu, segundo Foucault, na idade da Renascença. Outra foi a disposição da linguagem na época Clássica. Isto é, para o autor houve uma verdadeira ruptura epistemológica entre os séculos XVI e XVII que fizeram com que a idade do renascimento deixasse de existir e surgisse uma idade da representação. Nas palavras do autor francês pode-se perceber isto:

A partir da idade clássica, a linguagem se desenvolve no interior da representação e nesse desdobramento de si mesma que a escava. Doravante, o Texto primeiro se apaga e, com ele todo o fundo inesgotável de palavras cujo ser mudo estava inscrito nas coisas; só permanece a representação, desenrolando-se nos signos verbais que a manifestam e tornando-se assim discurso (FOUCAULT, 1999, p 109).

A linguagem deixa de ser o comentário perpétuo de um texto primeiro e deixa de estar sobre o fundo da similitude. Na idade clássica a linguagem passa a se desdobrar como discurso no seio da representação. Esse novo desdobramento da linguagem pode ser vislumbrada na emergência de uma nova positividade do saber: nasce a Gramática Geral, uma positividade que não surge através da *semelhança*, mas emerge levando em conta um novo mundo que é o mundo da representação.

É preciso deixar claro que quando Foucault salienta a Gramática Geral ele não quer apresentar um quadro das concepções gramaticais da idade clássica. Nas palavras do próprio autor, diferentemente, “tratava-se de determinar sob que condições a linguagem podia tornar-se objeto de um saber e entre que limites se desdobrava esse domínio epistemológico”

(FOUCAULT, 1999, p 168). Em outras palavras, trata-se de investigar em que condições a linguagem podia tornar-se objeto de um saber do tipo da Gramática Geral. Não se trata de realizar uma análise lógica, comparar as proposições, ver se elas estão bem estruturadas e se possuem relação dedutiva, trata-se de ver quais são as regras de formação discursiva que condicionam tal discurso clássico.

Sobre a existência clássica da linguagem Foucault afirma diretamente isto:

A existência da linguagem na idade clássica é a um tempo soberana e discreta. Soberana, pois que as palavras receberam a tarefa e o poder de “representar o pensamento”. [...] Representar deve-se entender no sentido estrito: a linguagem representa o pensamento como o pensamento se representa a si mesmo. [...] Na idade clássica, nada é dado que não seja dado à representação; mas por isso mesmo, nenhum signo surge, nenhuma fala se enuncia, nenhuma palavra ou nenhuma proposição jamais visa a algum conteúdo senão pelo jogo de uma representação que se põe a distância de si, se desdobra e se reflete numa outra representação que lhe é equivalente. As representações não se enraízam num mundo do qual tomariam emprestado seu sentido; abrem-se por si mesmas para um espaço que lhes é próprio e cuja nervura interna dá lugar ao sentido. E a linguagem está aí, nessa distância que a representação estabelece consigo mesma. [...] Muito mais do que se crê, a linguagem clássica está próxima do pensamento que ela é encarregada de manifestar; não lhe é, porém, paralela; está presa na sua rede e tecida na trama mesma que ele desenvolve. (FOUCAULT, 1999, pp 107 108).

Existe, portanto, uma forte relação entre o pensamento e a linguagem. O signo linguístico possui a capacidade de representar o objeto designado por ele porque, por um lado, ele liga o significado ao significante e, por outro lado, o próprio signo já possui uma relação com aquilo que ele designa. O signo tem a capacidade de representar o que significa, ele não apenas “aponta” o objeto como também o circunscreve.

Apesar da forte relação entre linguagem e pensamento, pode-se dizer que Foucault compreende esses dois elementos como equivalentes? Isto é, o pensamento e a linguagem clássica são idênticos? Ternes, ao comentar a obra do autor francês, afirma que

O pensamento se realiza na linguagem verbal. Então, linguagem e pensamento se embricam estreitamente, mas são distintos. Segundo, o objeto da Gramática Geral é constituído exatamente por essa sucessividade do signo verbal. Veremos mais adiante, com Arnauld, que o signo é signo justamente porque já contém em si, não apenas a ideia da coisa que representa, mas também a da coisa representada. Isto quer dizer que, quando se afirma que a Gramática é o estudo de ordenação dos signos verbais, diz-se, ao mesmo tempo, que ela ordena o pensamento. Coloca em ordem as representações. Interroga, nas palavras de Foucault, a mecânica, ou “a taxinomia de cada língua” (1998, p 44).

Assim, pode-se ver que é a forma sucessiva de desenrolar do pensamento na representação que a linguagem condiciona. Esta cria o âmbito no qual a representação apresentará a circunscrição dos objetos designados.

Uma outra função da linguagem não é apenas dividir a representação mas também organizá-la para que o pensamento possa ser analisado. Nas palavras do próprio autor francês,

Gramática geral não é gramática comparada: não toma por objeto, não utiliza como método as aproximações entre as línguas. É que sua generalidade não consiste em encontrar leis propriamente gramaticais que seriam comuns a todos os domínios linguísticos e fariam aparecer, numa unidade ideal e constringente, a estrutura de toda língua possível; se ela é geral, é na medida em que pretende fazer surgir, por sob as regras da gramática, mas ao nível do seu fundamento, a função representativa do discurso [...]. A gramática geral não visa a definir as leis de todas as línguas, mas a tratar, por etapas, cada língua particular, como um modo de articulação do pensamento sobre si mesmo. Em toda língua tomada isoladamente, a representação se provê de “caracteres”. A gramática geral definirá o sistema de identidades e de diferenças que esses caracteres espontâneos supõem e utilizam. Estabelecerá a taxinomia de cada língua (FOUCAULT, 1999, pp 127 128).

Há uma concepção da linguagem que é ordenada a partir da representação. É a regra de formação dessa concepção que a Gramática Geral vai investigar. Não se trata, portanto, de analisar etimologicamente qual língua nasce a partir da outra, isto é, não se trata de fazer uma genealogia universal da linguagem, mas trata-se de ver como as diferentes linguagens se articulam segundo a ordem da representação.

Um ponto importante para a análise foucaultiana é o giro da linguagem sobre si mesma. Dito com mais detalhes, a Gramática Geral, em sua empreitada para criar um sistema de signos para a língua, expressa um modo pelo qual a representação representa representações. A Gramática Geral, nesse aspecto, encontra seu campo de emergência na representação desdobrada sobre si mesma, é esta sua condição de possibilidade de existência. Nas palavras de Sabot, para Foucault

É necessário elucidar o modo de pertencimento da linguagem clássica à representação (“A gramática geral”): o que lhe é essencial está na capacidade da linguagem de representar, com o auxílio de signos (verbais), representações (mentais) e, por essa operação, dar uma forma proposicional (sucessiva) a pensamentos (simultâneos). A linguagem é, nesse sentido, “análise do pensamento”. O programa de uma “língua bem feita”, apoiada no próprio projeto da Gramática geral, corresponde assim à necessidade de analisar e ordenar as representações em um discurso que universalize seu conteúdo,

distribuindo-o na contínua sucessão dos signos verbais (SABOT, 2006, pp 40 41)<sup>6</sup>.

Há, portanto, um sistema de signos formadores de representações organizado pela edificação de um quadro que ordena a Gramática Geral. Percebe-se, portanto, que a função dessa nova positividade é analisar a linguagem desobscurecendo a ordem que existe em sua formação. Nesse aspecto, a linguagem pode voltar-se para si mesma, pois é a linguagem que condiciona o pensamento e o pensamento ganha a possibilidade de se voltar para ela.

É a partir da emergência da Gramática Geral que se pode perceber a relação que existe entre a linguagem e a representação. E é nessa mesma perspectiva que pode-se dizer que a linguagem é aquilo que dá possibilidade ao pensamento, isto é, a condição para que seja possível o pensamento existir é a linguagem. É na linguagem que a representação pode ser analisada a partir de seu desdobramento. De acordo com Ternes (1998, p 41) “[...] é o modo de ser da linguagem clássica, sua forma determinada de existência, que impõe que todo saber seja, ao mesmo tempo, análise da linguagem”. Dito de outro modo, a designação que o signo mantém com o objeto, a circunscrição que o signo também realiza, a linguagem voltando-se para si mesma através do pensamento, ocorrem sob o fundo da representação.

De acordo com Ternes (1998, p 45), Foucault identifica duas articulações da linguagem na idade clássica, são elas, a teoria do verbo e a teoria do nome, com sua articulação, derivação e designação. Tratando-se da teoria do verbo, Foucault afirma que

Comparando a linguagem a um quadro, um gramático do fim do século XVIII define os nomes como formas, os adjetivos como cores e o verbo como a própria tela onde elas aparecem. Tela invisível, inteiramente recoberta pelo brilho e o desenho das palavras, mas que fornece à linguagem o lugar onde fazer valer sua pintura; o que o verbo designa é finalmente o caráter representativo da linguagem, o fato de que ela tem seu lugar no pensamento e de que a única palavra capaz de transpor o limite dos signos e fundá-los na verdade não atinge jamais senão a própria representação (FOUCAULT, 1999, pp 133 134).

---

<sup>6</sup> Traduzido por mim, confira original: “Il faut alors élucider le mode d’appartenance du langage classique à la représentation (“La Grammaire générale”): il tient pour l’essentiel dans la capacité du langage à représenter, à l’aide de signes (verbaux), des représentations (mentales) et, par cette opération, à donner une forme propositionnelle (successive) à des pensées (simultanées). Le langage est en ce sens “analyse de la pensée”. Le programme d’une “langue bien faite”, adossé au projet même de la Grammaire générale, correspond donc à la nécessité d’analyser et d’ordonner les représentations dans un discours qui en universalise le contenu en le distribuant dans la succession continue de signes verbaux” (SABOT, 2006, pp 40 41).

Há um quadro sob o qual a manifestação da representação é possível, e a borda desse quadro é o verbo. Em outras palavras, o verbo dá forma à representação a partir do liame do quadro que possibilita sua manifestação. A partir de uma perspectiva proposicional, Foucault aponta que o verbo é o que dá ação à sentença, mas se tratando do contexto da positividade do saber Gramática Geral o verbo aparece como a linha de sucessão da representação. “Ele [verbo] está na orla do discurso, na juntura entre aquilo que é dito e aquilo que se diz, exatamente lá onde os signos estão em via de se tornar linguagem” (FOUCAULT, 1999, p 130).

Em respeito à teoria da articulação é possível perceber que Foucault apresenta dois eixos sobre os quais ela se desenvolve, “um que vai do indivíduo singular ao geral; outro que vai da substância à qualidade. No seu cruzamento reside o nome comum; numa extremidade, o nome próprio, na outra, o adjetivo” (FOUCAULT, 1999, p 137). É a articulação a teoria imergida na Gramática Geral que dá ao nome as características do que é designado. As representações são, assim, caracterizadas pelo viés dos atributos daquilo que é designado.

É preciso salientar que ambas as teorias supra citadas não existem independentemente, ao lado uma da outra, como se nunca se comunicassem. Na verdade, Foucault acredita que a teoria da designação possui cruzamentos com a teoria da articulação, um cruzamento que se dá no verbo “ser”. O verbo ser liga um nome a uma representação, e essa ligação faz com que o verbo “ser” funcione segundo os esquemas da teoria da articulação que indica atributos ou indica a negação desses atributos em objetos, isto é, o verbo “ser” funciona apresentando a verdade ou falsidade das coisas. Mas, para além de ser unicamente cruzamento de teorias, o verbo ser também é compreendido pelo autor francês como aquilo mesmo que possibilita os signos clássicos: o verbo ser liga os signos às representações e estrutura a objetividade do saber clássico. Marietti ao comentar a obra do autor francês afirma que pode-se perceber que “novas relações se estabelecem, ou, se já eram anunciadas, reforçam-se entre a linguagem e o ser; ser é a simples palavra de uma função verbal na qual se recolhe a essência da linguagem: por esse ser do discurso as coisas falam e os homens forjam a cadeia da linguagem” (MARIETTI, 1977, p 63).

Dentro da teoria do nome, mais especificamente se tratando da teoria da designação e da derivação, Foucault identifica uma complementaridade. É isto o que ele diz:

A articulação é o que dá conteúdo à pura forma verbal, vazia ainda, da proposição; preenche-a, mas a ela se opõe como uma nomeação que diferencia as coisas se opõe à atribuição que as religa. A teoria da designação manifesta o ponto de ligação de todas as formas nominais que a articulação recorta; mas opõe-se a esta como a designação instantânea, gestual, perpendicular se opõe ao recorte das generalidades. A teoria da derivação mostra o movimento

contínuo das palavras a partir de sua origem, mas o desvio na superfície da representação se opõe ao liame único e estável que liga uma raiz a uma representação. Enfim, a derivação retorna à proposição, pois que sem ela a designação permaneceria dobrada sobre si própria e não poderia adquirir essa generalidade que autoriza um laço de atribuição; contudo a derivação se faz segundo uma figura espacial, enquanto a proposição se desenrola segundo uma ordem sucessiva (FOUCAULT, 1999, p 163).

Por um lado, a teoria da designação se relaciona diretamente com o espaço, pois o nome se refere ao ato de designar, ele se refere ao de apontar um objeto num espaço dado. Por outro lado, a derivação relaciona-se com a sucessividade do tempo. Um exemplo utilizado por Foucault para apresentar as duas teorias é o urro do primeiro homem: tratando-se da designação, o urro pode ser identificado como signo da fome; tratando-se da derivação, pode-se compreender que em uma sucessão temporal o urro se transforme em palavras.

Pode-se notar como há um “quadro” da linguagem na idade clássica com a expressão dessas diferentes teorias. Sabot, ao comentar a obra foucaultiana afirma que esse quadrilátero

recapitula sistematicamente os diferentes segmentos funcionais (proposição, articulação, designação, derivação) que definem essa linguagem no período clássico: esses segmentos são articulados em torno do nome (como ponto de inserção da representação no discurso) e da função de nomeação: o ideal clássico de uma “linguagem bem feita” corresponde então ao ideal de uma nomeação controlada que asseguraria a transparência das coisas às palavras que as denominam: “A tarefa fundamental do discurso clássico é de atribuir um nome às coisas, e nesse nome, de nomear seu ser” (SABOT, 2006, p 41)<sup>7</sup>.

Nesse aspecto, o ideal da linguagem clássica é uma linguagem clara que busca tornar possível a construção de um sistema de signos precisos que organize as representações.

Pode-se apreender agora qual seja a unidade sólida e cerrada da linguagem na experiência clássica. É ela que, pelo jogo de uma designação articulada, faz entrar a semelhança na relação proposicional. Quer dizer, num sistema de identidades e de diferenças tal como é fundado pelo verbo ser e manifestado pela rede dos nomes. A tarefa fundamental do “discurso” clássico consiste em atribuir um nome às coisas e com esse nome nomear o seu ser (FOUCAULT, 1999, p 169).

---

<sup>7</sup> Traduzido por mim, confira original: “Le "quadrilatère du langage" récapitule de manière systématique les différents segments fonctionnels (proposition, articulation, désignation, dérivation) qui définissent ce langage à l'âge classique: ceux-ci sont articulés autour du nom (comme point d'insertion de la représentation dans le discours) et de la fonction de nomination: l'idéal classique d'une "langue bien faite" correspond alors à l'idéal d'une nomination contrôlée qui assurerait la transparence des choses aux mots qui les nomment : "La tâche fondamentale du discours classique, c'est d'attribuer un nom aux choses et en ce nom de nommer leur être” (SABOT, 2006, p 41).

A forma do signo na idade clássica se configura, portanto, através da proposição, articulação, designação e derivação. Mas não se trata apenas de uma análise organizada das coisas mas uma análise da própria representação: a representação pode-se voltar para si mesma nomeando o seu ser e o ser das coisas.

### 2.3 A HISTÓRIA NATURAL

Assim como ocorreu uma ruptura *epistêmica* na ordem do saber da linguagem que possibilitou o nascimento da Gramática Geral, a mesma ruptura ocorreu no âmbito do conhecimento dos seres vivos e possibilitou o nascimento da História Natural. Em outras palavras, o fundo *epistêmico* sobre o qual os seres vivos eram objetos de saber transformou-se entre a época renascentista e a época clássica. Como dirá Foucault, “no Renascimento, a estranheza animal era um espetáculo; figurava nas festas, nos torneios, nos combates fictícios ou reais, nas reconstituições lendárias, onde quer que o bestiário desdobrasse suas fábulas sem idade” (FOUCAULT, 1999, p 180). Ou seja, os animais eram vistos como um mostruário, de modo que suas particularidades eram “[...] eivadas de erudição e magia [...]” (TERNES 1998, p 56).

Com o aparecimento da ordem *epistêmica* da idade clássica novas positivities surgem, entre elas essa positividade que atribui ao olhar um papel crucial na formação do saber dos seres vivos. Nas palavras do próprio autor, “a idade clássica confere à história um sentido totalmente diferente: o de pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis” (FOUCAULT, 1999, p 179). E é a partir deste olhar que se torna possível decifrar a natureza, ou melhor, as leis naturais dos seres naturais. Ternes ao comentar a obra do autor francês afirma que para este “o homem clássico vê diferentemente. Ele decifra a regularidade das coisas. Na Renascença não há regularidade. A idade clássica, efetivamente, inventou algo decisivo para a cultura ocidental: a lei natural” (TERNES 1998, p 55). Nesse aspecto, a regularidade natural só aparece quando a idade da representação passa a existir. Ela é objeto para um olhar que procura recolher em palavras as características dos seres vivos.

Foucault vê no surgimento *epistêmico* da lei natural a expressão da concepção de mecanismo cartesiano, mecanismo este que cruza os diferentes domínios *epistêmicos* da época clássica. A esse respeito Ternes afirma que

É evidente que o saber clássico não se exaure no mecanicismo. Este, porém, constitui um dos seus traços mais marcantes. É difícil, nos séculos XVII e XVIII, escapar-se à imagem, ou ficção, da máquina. Na História Natural isto acontece de forma exemplar. Não somente os vivos são máquinas, mas o próprio saber que os constitui se dá mecanicamente. Desdobra-se, peça por peça, progressivamente, até constituir um quadro taxinômico (1998, p 59).

O mecanicismo não é a única doutrina do período clássico, há outras, como é o caso do vitalismo. E a questão crucial para Foucault não é saber qual das duas doutrinas é mais verdadeira ou mais bem estruturada que a outra mas ver como tanto o mecanicismo como o vitalismo classificam os seres vivos, quais os elementos que lhe dão possibilidade de funcionarem de tal ou tal modo.

A análise da representação surge como desdobramento da linguagem na idade clássica, ela é criação de um sistema de signos e a história natural surge como classificação dos seres vivos.

Toda a semântica animal ruiu como uma parte morta e inútil. As palavras que eram entrelaçadas ao animal foram desligadas e subtraídas: e o ser vivo, em sua anatomia, em sua forma, em seus costumes, em seu nascimento e em sua morte, aparece como que nu. A história natural encontra seu lugar nessa distância agora aberta entre as coisas e as palavras- distância silenciosa, isenta de toda sedimentação verbal e, contudo, articulada segundo os elementos da representação, aqueles mesmos que, de pleno direito, poderão ser nomeados. As coisas beiram as margens do discurso, porque aparecem no âmago da representação. [...] a história natural- eis porque ela apareceu precisamente nesse momento- é o espaço aberto na representação por uma análise que se antecipa à possibilidade de nomear; é a possibilidade de ver o que se poderá dizer, mas que não se poderia dizer depois, nem ver, a distância, se as coisas e as palavras, distintas umas das outras, não se comunicassem, desde o início, numa representação. [...] Toda a linguagem depositada pelo tempo sobre as coisas é repelida ao último limite, como um suplemento em que o discurso se relatasse a si mesmo e relatasse as descobertas, as tradições, as crenças, as figuras poéticas. Antes dessa linguagem da linguagem, é a própria coisa que aparece nos seus caracteres próprios, mas no interior dessa realidade que, desde o início, foi recortada pelo nome (FOUCAULT, 1999, pp 177 178).

Abre-se a possibilidade para uma novo campo de emergência, e este possibilita novos saberes, dentre estes está a História Natural. Como o signo agora possui o papel de formar as representações, as palavras representam as coisas. E a História Natural deve ser uma língua-bem feita, no sentido em que deve representar os seres vivos através do seu saber, isto é, através de seu sistema de signos específico. Nesse aspecto, a possibilidade antecipada de nomeação dos seres vivos possibilita a descrição minuciosa desses mesmos seres por se comunicarem em uma

representação. Mas isso através de uma série de exclusões que não pertencem à ordem do olhar clássico. De acordo com Foucault,

A observação, a partir do século XVII, é um conhecimento sensível combinado com condições sistematicamente negativas. Exclusão, sem dúvida, de ouvir-dizer; mas exclusão também do gosto e do sabor, porque com sua incerteza, com sua variabilidade, não permitem uma análise em elementos distintos que seja universalmente aceitável. [...] O campo de visibilidade onde a observação vai assumir seus poderes não passa do resíduo dessas exclusões: uma visibilidade que, além de liberada de qualquer outra carga sensível, é parda. Esse campo, muito mais que o acolhimento enfim atento às próprias coisas, define a condição de possibilidade da história natural e do aparecimento de seus objetos filtrados: linhas, superfícies, formas, relevos (1999, pp 181 182).

De acordo com Machado, “a história natural é um olhar que deve discernir nos seres naturais o que é relevante para a descrição que pretende realizar: deve apreender suas propriedades essenciais” (2006, p 114). É precisamente essa ordem que constrange a linguagem na nomenclatura dos seres que é a condição de possibilidade em que surge a história natural. Identificada por Foucault nos séculos XVII e XVIII como a emergência do conhecimento a partir da formação do discurso, essa positividade assimila as características visíveis do seres e categoriza os organismos a partir de uma ordem analítica que enquadra sua estrutura em um sistema classificatório e taxonômico<sup>8</sup>.

Nas palavras do próprio autor francês,

Cada parte visivelmente distinta de uma planta ou de um animal é, portanto, descritível na medida em que pode tomar quatro séries de valores. Esses quatro valores, [forma dos elementos, quantidade desses elementos, maneira como eles se distribuem no espaço uns em relação aos outros, grandeza relativa de cada um] que afetam um órgão ou elemento qualquer e o determinam, é o que os botânicos denominam sua estrutura. “Por estruturas das partes das plantas entende-se a composição e a reunião das peças que formam seu corpo” (FOUCAULT, 1999, pp 184 185).

São esses quatro valores, isto é, a forma dos elementos, a quantidade, a maneira de distribuição e a grandeza dos elementos, que determinam a maneira de observação dos seres vivos. Em outras palavras, a estrutura dos seres vivos observados e nomeados é determinada por esses valores. E “observar é, pois, contentar-se com ver. Ver sistematicamente pouca coisa.

---

<sup>8</sup> A esse respeito segundo Pereira “Uma vez que uma História Natural começa a ser elaborada (FOUCAULT, 2000; JACOB, 1985; FARIA, 2010, 2012), podemos entender que começam a ser operados sistemas de classificações como o “nó em uma rede” (FOUCAULT, 2012, p. 8) documental a fim de, ao perceber as classificações naturais como documentos, provocar linearidade” (2021, p 107).

Ver aquilo que, na riqueza um pouco confusa da representação, pode ser analisado, reconhecido por todos e receber, assim, um nome que cada qual poderá entender [...]” (FOUCAULT, 1999, p 183). São esses valores que possibilitam que os seres vivos sejam descritos e, posteriormente, classificados, postos em uma taxionomia.

Machado afirma que

Mesmo se a descrição da estrutura é um dos aspectos da análise, ela seria impossível se tivesse uma existência isolada: a história natural é um conhecimento das identidades e diferenças. O conhecimento compara, ordena, classifica. Além de nomear os seres individualmente, ele deve confrontá-los para determinar as vizinhanças, os parentescos, as separações. É o conhecimento das diferenças que permite estabelecer as identidades. A história natural é uma ciência taxonômica, classificatória. Seu objetivo é estabelecer uma hierarquia de classificação em que os níveis são o reino, a classe, a ordem, o gênero e a espécie. Comparar os seres naturais é distribuí-los nesse espaço hierárquico (MACHADO, 2006, p 115).

Em outras palavras, a história natural organiza os seres vivos através de identidades e diferenças, através de uma hierarquização, mas essa hierarquização só é possível devido ao quadro organizacional das positivities do período clássico. Determinando as diferenças e identificando as identidades a história natural classifica os seres vivos e os ordena em um sistema taxinômico a partir de suas comparações.

Levando em consideração que a estrutura é a parte observável dos seres vivos e que possibilita que eles sejam nomeados pode-se questionar isto: como a classificação desses seres é efetivada? Nas palavras do autor isso pode ser esclarecido desta maneira:

O Sistema delimita, entre os elementos que sua descrição justapõe com minúcia, tais ou quais dentre eles. Eles definem a estrutura privilegiada e na verdade exclusiva, a propósito da qual se estudará o conjunto das identidades e das diferenças. Toda diferença que não recair sobre um desses elementos será reputada indiferente. [...] A estrutura escolhida para ser o lugar das identidades e das diferenças pertinentes é o que se denomina caráter (FOUCAULT, 1999, pp 192 193).

Na esteira de Foucault, Machado afirma que “[...] o sistema privilegia um ou vários elementos e relaciona através deles todos os indivíduos [...]” (MACHADO, 2006, p 115). Primeiro, as propriedades de um organismo são dadas por sua estrutura. E em um sistema de identidade e diferença é possível identificar e subdividir coletivamente os seres a partir de traços denominado por Foucault como caráter. E, finalmente, por meio de características identificadas, os seres são nomeados e classificados de acordo com suas características visíveis.

Assim, o domínio inteiro do reino vegetal ou animal poderá ser quadriculado. Cada grupo poderá receber um nome. De sorte que uma espécie, sem precisar ser descrita, poderá ser designada com a maior precisão pelos nomes dos diferentes conjuntos nos quais se encaixa. Seu nome completo atravessa toda a rede dos caracteres, que se estabelece até as classes mais elevadas. [...] A planta, assim reconhecida no seu caráter essencial e designada a partir dele, enunciará, ao mesmo tempo que aquilo que a designa com precisão, o parentesco que a liga às que se lhe assemelham e pertencem ao mesmo gênero (portanto, à mesma família e à mesma ordem). Ela terá recebido, a um só tempo, seu nome próprio e toda a série (manifesta ou oculta) dos nomes comuns nos quais se aloja (FOUCAULT, 1999, pp 194 195).

Todo ser vivo tem em seu nome a característica, a espécie, a família, o gênero a que pertence. O nome não só designa um significante com conteúdo significado, mas também permite que o termo se refira a uma rede descritiva cuja existência é escrutinada ao mais ínfimo detalhe. No entanto, há correlação nesse sistema, que complementa a categorização dos seres vivos.

O método é imposto de fora, pelas semelhanças globais que aproximam as coisas; transcreve imediatamente a percepção no discurso; permanece, em seu ponto de partida, o mais perto possível da descrição; mas lhe é sempre possível trazer ao caráter geral que definiu empiricamente as modificações que se impõem: um traço que se acreditava essencial para um grupo de plantas ou de animais pode muito bem não ser mais que uma particularidade de alguns, desde que se descubram outros que, sem o possuírem, pertencem de maneira evidente à mesma família; o método deve estar sempre pronto a retificar-se a si mesmo (FOUCAULT, 1999, p 197).

Esse método segue critérios estabelecidos pela análise de características de seres responsáveis por agrupar plantas e animais em conjuntos baseados em similaridade. Como tal, é sempre possível ajustar a quantidade se for descoberto que as características essenciais de muitos seres são exclusivas de apenas algumas espécies. O método parte de categorias taxonômicas de organismos baseadas em traços de caráter, ou seja, baseadas em características individuais. Por outro lado, “[...] a distinção entre as técnicas do método e do sistema é que, enquanto para o segundo o caráter produz as diferenças, para o primeiro são as diferenças que produzem o caráter” (MACHADO, 2006, p 115). Ou seja, o sistema analisa os indivíduos, classifica-os por semelhança e associa-os a nomes com base em conjuntos de traços semelhantes, mas o procedimento parte de um conjunto de traços comuns e analisa-os, de modo a ordenar e classificar os indivíduos.

Foucault não concebe que há uma identidade entre sistema e método para a época clássica, eles são distintos, porém,

Apesar dessas diferenças, sistema e método repousam no mesmo suporte epistemológico. É possível, defini-lo numa palavra, dizendo que no saber clássico o conhecimento dos indivíduos empíricos só pode ser adquirido sobre o quadro contínuo, ordenado e universal de todas as diferenças possíveis (FOUCAULT, 1999, p 200).

Em outras palavras, a diferença entre sistema e método não anula o fato de que ambos possuem a mesma função e estão dispostos na mesma *episteme*, ou seja, ambos classificam os seres vivos em um quadro de acordo com seu caráter.

Pode-se perceber que para Foucault

A história natural é contemporânea da linguagem: está no mesmo nível do jogo espontâneo que analisa as representações na lembrança, fixa seus elementos comuns, estabelece signos a partir deles e, finalmente, impõe nomes. Classificar e falar encontram seu lugar de origem nesse mesmo espaço que a representação abre no interior de si, porque ela é votada ao tempo, à memória, à reflexão, à continuidade (FOUCAULT, 1999, pp 219 220).

A classificação dos seres vivos, a fala da gramática geral e a análise das riquezas encontram sua possibilidade no mesmo território: elas possuem seu espaço de emergência na abertura que a representação fez sobre si mesma.

Partindo da representação, a história natural se relaciona diretamente com uma taxionomia, ela é responsável por classificar os seres em um quadro segundo identidades e diferenças observáveis.

## 2.4 A ANÁLISE DAS RIQUEZAS

A partir desse tópico abordarei uma outra positividade que foi condicionada pela ordenação da *episteme* clássica em torno da representação: a análise das riquezas. Apesar de ser um saber que emergiu, de acordo com Foucault, no período clássico, isto é, século XVII e XVIII, a problemática da análise das riquezas se inicia no Renascimento e se desenvolve no período clássico. A partir do século XVI começa uma discussão que debate a respeito da moeda:

No século XVI, o pensamento econômico está limitado, ou quase, ao problema dos preços e ao da substância monetária. A questão dos preços concerne ao caráter absoluto ou relativo do encarecimento das mercadorias e ao efeito que porventura tiveram sobre os preços as desvalorizações sucessivas ou o afluxo dos metais americanos. O problema da substância monetária é o da natureza do estalão, da relação de preço entre os diferentes metais utilizados, da distorção entre o peso das moedas e seus valores nominais. Mas essas duas

séries de problemas estavam ligadas, pois o metal só aparecia como signo, e como signo medindo riquezas, na medida em que ele próprio era uma riqueza. Se ele podia significar é porque era uma marca real [...] Para poderem dizer o preço era necessário que fossem preciosos. Era necessário que fossem raros, úteis, desejáveis. Era necessário também que todas essas qualidades fossem estáveis, para que a marca por eles imposta fosse uma verdadeira assinalação, universalmente legível (FOUCAULT, 1999, p 231).

Nesse sentido, durante o Renascimento havia um problema da ordem do valor do metal e da matéria prima da moeda. Ela tinha uma função bastante específica que era representar a riqueza para efeito de uma possível troca. “Os renascentistas não poderiam conceber outro valor senão o que já vem inscrito na própria moeda. Desde sempre, a moeda já traz um *valor impositus* que a faz preciosa por sua natureza mesma, e não por um agente externo [...]” (TERNES, 1998, p 62). Contudo, como a moeda era feita de ouro, também era submetida a oscilação do valor implicado na raridade ou abundância dos metais preciosos. Dessa forma, Foucault afirma que havia um duplo efeito disso: além da moeda representar um valor permutável, ela também representava uma riqueza em si mesma por conta do material de que era feita, efeito esse que retira a estabilidade do valor da moeda e prejudica a assinalação das riquezas. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a moeda representava um valor, ela própria, pelo simples fato de existir enquanto matéria, era dotada de um valor.

A partir do século XVII a função da moeda irá sofrer uma alteração: “[...] o século XVII desloca a análise; é a função de troca que serve de fundamento para os dois outros caracteres (a aptidão para medir e a capacidade de receber um preço surgindo então como qualidades que derivam dessa função)” (FOUCAULT, 1999, p 239). Segundo Foucault, foi a partir do mercantilismo iniciado no mesmo período em que a moeda modifica sua função, não mais é riqueza absoluta acumulável, passa agora a ter como função representar riquezas. “Na época clássica, é o comércio e a troca que servem de fundamento à análise das riquezas” (MACHADO, 2006, p 119). Todavia, como era definido o valor das coisas?

Houve, porém, um deslocamento decisivo da análise: o que determina o valor já não é mais o próprio metal, mas o processo de troca no qual este agora se encontra inserido. Isto é, o preço, o valor, não se encontra desde sempre incrustado nas coisas. É estipulado. É estimado. É resultado da convenção (TERNES, 1998, p 63).

Não se trata de um valor já presente no material da coisa, agora o valor pode ser estipulado através das relações de trocas. É a partir da necessidade e desejo dos bens que se estabelece o valor de um determinado produto que somente pode ser permutado segundo seu valor estipulado pela moeda que marca sua riqueza. “Termos como necessidade, utilidade,

prazer, raridade, são traduções dessa disposição mais fundamental denominada desejo. É por sua força que a moeda assume uma função de signo” (TERNES, 1998, p 64). É a necessidade e desejo dos bens que dá pulsão a um sistema de trocas, são esses os critérios utilizados para aferir o valor das coisas.

Na realidade, não é, uma identidade mais ou menos confusa que o “mercantilismo” instaura entre umas e outras, mas uma articulação refletida, que faz da moeda o instrumento de representação e de análise das riquezas e faz, por sua vez, das riquezas o conteúdo representado pela moeda. Assim como a velha configuração circular das similitudes e das marcas se desfizera para desenvolver-se segundo as duas superfícies correlativas da representação e dos signos, assim o círculo do “precioso” se desfaz na época do mercantilismo, as riquezas se desenvolvem como objetos das necessidades e dos desejos; dividem-se e substituem umas às outras pelo jogo das espécies monetizadas que as significam; e as relações recíprocas entre a moeda e a riqueza se estabelecem sob a forma da circulação e das trocas. Se se pôde crer que o mercantilismo confundia riqueza e moeda é, sem dúvida, porque, para ele, a moeda tem o poder de representar toda riqueza possível, porque ela é o seu instrumento universal de análise e de representação, porque ela cobre por inteiro o conjunto de seu domínio. Toda riqueza é monetizável; e é assim que ela entra em circulação (FOUCAULT, 1999, p 240).

A partir da ruptura entre as *epistemes* do Renascimento e do período clássico foi possível que a moeda se deslocasse da função acumulativa da preciosidade para a função da troca e circulação de bens. Para Foucault, no período clássico uma riqueza somente poderia ser trocada a partir da necessidade e do desejo que ela suscitava, a moeda, por sua vez, representava o valor atribuído a esse objeto.

É por ser moeda que o ouro é precioso. Não o inverso. Desde logo, a relação tão estreitamente fixada no século XVI é invertida: a moeda (e mesmo o metal de que é feita) recebe seu valor de sua pura função de signo. O que acarreta duas consequências. Primeiro, não é mais do metal que virá o valor das coisas. Este se estabelece por si mesmo, sem referência à moeda, segundo critérios de utilidade, de prazer ou de raridade; é na relação de umas com as outras que as coisas assumem valor; o metal permitirá somente representar esse valor, como um nome representa uma imagem ou uma ideia [...] (FOUCAULT, 1999, p 241).

Foucault demonstra que a ordem dos fatores é invertida a partir da virada das *epistemes*, o fato da moeda ser preciosa não está em sua matéria prima, o metal torna-se valioso pelo fato de ser moeda que é um signo que possibilita uma troca. Não se trata mais de afirmar, como no Renascimento, que a moeda é valiosa porque é feita de um material intrinsecamente valioso e acumulável, mas de afirmar que um determinado material é valioso e acumulável porque ele funciona como moeda trocável. A moeda representa o valor de uma riqueza que permite a

efetivação da circulação dos bens. O autor afirma que o fato de a matéria prima das moedas serem os metais preciosos é arbitrário, justificado por conta de suas qualidades físicas (como por exemplo sua maleabilidade, facilidade de perfuração e fracionamento) (FOUCAULT, 1999, p 242).

[...] como na época clássica, quando valer alguma coisa era poder ser substituído por esta coisa no processo de troca, quando o valor dependia das equivalências e da capacidade que as mercadorias tinham de se representarem umas às outras. Assim, a análise das riquezas se efetuava no nível da representação, pois era aí que se encontravam os signos, e a análise que se praticava nos domínios empíricos era uma ordenação por meio dos signos (MACHADO, 2006, p 119).

A troca determina o valor dos bens, o desejo e a necessidade determinam o seu preço. Durante o período clássico, a troca buscava uma proporcionalidade entre a riqueza, na capacidade em que o signo tem de representar o objeto a ser trocado. “A análise clássica das riquezas se determina essencialmente a partir de uma teoria do valor e da troca de bens dados como representações de certa utilidade<sup>9</sup> [...]” (SABOT, 2006, p 46). A moeda era assim o signo que representava o valor dos bens que entrariam em circulação nas permutas das riquezas. A seguir apresentarei uma citação longa se comparada com as demais citações, mas de grande riqueza de detalhes acerca do vínculo do mercantilismo com a representação.

Através da experiência mercantilista, o domínio das riquezas se constitui do mesmo modo que o das representações. Viu-se que estas tinham o poder de se representarem a partir de si mesmas: de abrir em si um espaço onde elas se analisavam e de formar com seus próprios elementos, substitutos que permitiam, a um tempo, estabelecer um sistema de signos e um quadro das identidades e das diferenças. Do mesmo modo, as riquezas têm o poder de permutarem; de se analisarem em partes que autorizam relações de igualdade ou de desigualdade; de se significarem umas às outras por esses elementos de riquezas perfeitamente comparáveis que são os metais preciosos. E assim como o mundo inteiro da representação se cobre de representações de segundo grau que as representam, e isso numa cadeia ininterrupta, assim também todas as riquezas do mundo estão em relação umas com as outras, na medida em que fazem parte de um sistema de troca. De uma representação a outra não há ato autônomo de significação, mas uma simples e indefinida possibilidade de troca. Quaisquer que tenham sido suas determinações e conseqüências econômicas, o mercantilismo, se interrogado no nível da *episteme*, aparece como o lento, o longo esforço para colocar a reflexão sobre os preços e a moeda na linha reta da análise das representações (FOUCAULT, 1999, p 247).

---

<sup>9</sup> Traduzido por mim, confira original: “L’analyse classique des richesses se détermine pour l’essentiel à partir d’une théorie de la valeur et de l’échange de biens donnés comme les représentations d’une certaine utilité [...]” (SABOT, 2006, p 43).

A partir do mercantilismo do século XVII, de acordo com Foucault, a *episteme* da representação se desenvolve no bojo do mercantilismo e na crise teórica do valor renascentista, de modo com que as riquezas foram condicionadas a entrarem no quadro geral de identidade e diferenças e comparadas umas com as outras estabelecendo um sistema taxinômico. A moeda, por sua vez, cumpre um rigoroso papel do signo da representação, isto é, a moeda tem função de representar o valor dos bens de modo a possibilitar que eles entrem em circulação e num sistema de trocas.

A partir da configuração geral da positividade trabalhada nesse tópico cabe explicar como o preço era definido.

Se houver pequena quantidade de moeda em relação aos bens, ela terá um grande valor e os preços serão baixos; se sua quantidade aumenta a ponto de se tornar abundante diante das riquezas, então ela terá pouco valor e os preços serão altos. O poder de representação e de análise da moeda varia com a quantidade de espécies, de um lado, e com a quantidade de riquezas, de outro; só seria constante se as duas quantidades fossem estáveis ou variassem conjuntamente numa mesma proporção (FOUCAULT, 1999, p 253).

De acordo com o autor, o preço era definido a partir da proporção entre a quantidade de moedas em circulação e quantidade de riquezas a serem permutadas. De modo que se houvesse uma quantidade superior de riquezas a serem trocadas e inferior de moedas, logo o preço dos bens seria baixo, e se houvesse uma quantidade inferior de bens e superior de moedas seu preço seria alto. Se a partir dessa proporção é possível determinar o preço dos bens, como se determinava o valor deles? Há uma divergência entre duas vertentes teóricas a esse respeito:

Compreende-se a importância teórica e prática que os fisiocratas conferiram à renda fundiária- e não ao trabalho agrícola. É que este é retribuído por um consumo, enquanto a renda fundiária representa, ou deve representar, o produto líquido: a quantidade de bens que a natureza fornece, além da subsistência que ela assegura ao trabalhador e da retribuição que ela própria requer para continuar a produzir. É essa renda que permite transformar os bens em valores ou em riquezas (FOUCAULT, 1999, p 270).

Enquanto de um lado os utilitaristas defendiam que o valor dos bens era determinado a partir da necessidade e desejo por eles, os fisiocratas defendiam que o valor estava ligado a renda fundiária e ao consumo, isto é, a fecundidade que a terra tem de produzir a matéria prima e a demanda pelos bens.

A investigação das condições de possibilidade de pensar as riquezas permitiu à arqueologia do saber aproximar o que os historiadores separam. Fisiocratas e utilitaristas se movem no mesmo solo. São resultado da mesma *episteme*. Se há diferença, esta não se dá no que é essencial [...]. Enquanto os fisiocratas fundam o valor na troca, os utilitaristas perguntam sobre as condições subjetivas da apreciação que estipula o valor da troca. Daí, serem estes também chamados psicologistas (TERNES, 1998, p 65).

De acordo com Foucault, os utilitaristas representavam a classe dos empresários e comerciantes e os fisiocratas representavam a classe dos proprietários fundiários (1999, p 277), mas não seria esse o foco da pesquisa: simplesmente analisar a formação do valor a partir do conflito dos interesses. E sim buscar o que sustenta o discurso de ambas as análises teóricas, já que elas fazem parte da mesma positividade que busca um signo que represente o valor dos bens para que eles entrem numa rede de circulação e trocas. Em outras palavras, esses discursos diversos em sua superfície, aparentemente antagônicos, são possibilitados pelas mesmas condições positivas do saber, e é isso que importa para o autor francês.

Cabe ainda trazer a perspectiva de Adam Smith acerca da formação do valor.

Em relação à de seus predecessores, a análise de Adam Smith representa um desfecho essencial: ela distingue a razão da troca e a medida do permutável, a natureza do que é trocado e as unidades que permitem sua decomposição. Troca-se porque se tem necessidade, e os objetos precisamente de que se tem necessidade, mas a ordem das trocas, sua hierarquia e as diferenças que aí se manifestam são estabelecidas pelas unidades de trabalho que foram depositadas nos objetos em questão. [...] Não mais objetos de necessidade que se representam uns aos outros, mas tempo e fadiga, transformados, ocultos, esquecidos (FOUCAULT, 1999, p 308).

Nessa perspectiva, Foucault defende que não é possível classificar Adam Smith como o pai da ciência política como a tradição faz (1999, pp 303 304), de modo que não existe uma ruptura do seu pensamento, uma ruptura *epistêmica*, em relação aos fisiocratas e utilitaristas.

Nas análises anteriores [fisiocratas e utilitaristas], o trabalho aparecia como um elemento inessencial à trama da representação. Havia outros mais fundamentais: a necessidade, a troca, o desejo. Smith não abandona essas verdades do universo da riqueza. Não as compreende, porém, no seu quadro plano de equivalências e diferenças. Remete-as a uma instância exterior à representação: o trabalho (TERNES, 1998, p 106).

Há apenas uma discussão a respeito do valor, o pano de fundo ainda é o mesmo em Adam Smith, isto é, a discussão da formação do valor que no caso de Smith tinha como fator determinante o trabalho.

Pode-se constatar o que foi defendido por Foucault até então: a partir de uma arqueologia do saber, pode-se constatar que o fundo sobre o qual os saberes clássicos surgem é o mesmo. Tanto a gramática geral, como também a história natural e a análise das riquezas possuem a mesma condição de possibilidade encontrada na *episteme* clássica.

### 3. O REGIME JURÍDICO CLÁSSICO

#### 3.1 A NOÇÃO DE GENEALOGIA. INFLEXÕES METODOLÓGICAS

A partir deste tópico cabe discutir uma diferente forma de análise que Foucault utiliza em sua obra e demonstrar sua relação de diferença e complementariedade com a arqueologia trabalhada no primeiro tópico. Dito de outro modo, neste tópico estará em enfoque a análise genealógica realizada pelo autor e sua relação com a arqueologia. Apesar do autor francês não ter escrito um livro em específico sobre essa nova abordagem, apresentando suas características, objetivos e dificuldades, denominada genealogia do poder, tal como fez com a arqueologia com o livro *Arqueologia do saber*, é possível identificar alguns textos (entrevistas, resumos, artigos e ensaios) com essa temática em *Microfísica do poder*. Também é possível, com o auxílio das análises do tema realizadas por comentadores pertinentes, sintetizar aquilo que poderia ser chamado de analítica genealógica foucaultiana.

Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais. [...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 2016-b, pp 267 268).

Um dos pontos e dos objetos em comum com a arqueologia é o saber, mas nessa nova abordagem é articulado a questão do poder. Nela Foucault concebe o saber sempre vinculado a um estilo de exercício do poder, ambos atuam em uma rede conjunta que incidem num corpo social. É nessa mesma perspectiva que Faé afirma isto

A genealogia busca a origem dos saberes, ou seja, da configuração de suas positivities, a partir das condições de possibilidades externas aos próprios saberes; ou melhor, considera-os como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica (FAÉ, 2004, p 412).

Na genealogia exposta pelo autor francês a questão é muito mais a revolta de “pequenos saberes” contra os efeitos de poder dos conhecimentos unitários do que um questionamento ao conteúdo desses saberes. Não se trata, portanto, de afirmar que o conteúdo desses pequenos

saberes é mais verdadeiro que os discursos científicos, nem que esses pequenos saberes são a forma embrionária, não desenvolvida cientificamente, dos grandes saberes unitários, mas sim de problematizar os efeitos de poder que os discursos unitários efetivam. Dussel (2004, p 50), ao comentar a obra de Foucault, afirma que “a genealogia é definida como uma anticiência não no sentido de que deve render-se à ignorância, mas como uma insurreição contra a instituição da ciência, contra sua dominação sobre outras formas de conhecimento”. Dessa forma, cabe a genealogia entender como o poder cria, se apropria e retifica saberes que funcionam a partir de uma tática que visa seu exercício da maneira mais eficaz possível. É por isso que Faé (2004, p 413) afirma que “a arqueologia e a genealogia se constituem como dois conjuntos complementares, sendo sua diferença não tanto de objeto ou de domínio, mas de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação”.

De acordo com Foucault, para que a análise genealógica seja possível de ser realizada é preciso isto:

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2016-a, p 43).

Pode-se perceber que um outro ponto em comum com a arqueologia seja a problematização e subversão da questão do sujeito, já que tal conceito a partir da leitura foucaultiana da tradição filosófica é uma prisão que impossibilita a compreensão da emergência dos enunciados e a constituição de uma trama histórica a partir de sua presentificação, isto é, a compreensão histórica a partir do seu acontecimento, em termos usuais, a partir das regras de formação de seus períodos. Em outras palavras, assim como a arqueologia, a genealogia não remete o saber à instância fundadora do sujeito. Ambas as abordagens partem da concepção de que a formação dos saberes não está submetida ao sujeito que lhe atribuiu sentido ou ao gênio do cientista que descobriu o saber. Na verdade, são as formações dos discursos e dos saberes que condicionam o espaço que o sujeito pode ocupar nesses discursos e nesses saberes.

Contudo, cabe a diferenciação, pois “enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade” (FOUCAULT, 2016-b, p 270). Isso quer dizer não somente que a genealogia é complemento

da arqueologia, trata-se de afirmar que a genealogia não tem um papel meramente descritivo, mas tático, isto é, a genealogia é uma ferramenta para reconfigurar os efeitos de poder atribuídos a um discurso unitário do tipo científico. A passagem supracitada indica que a genealogia é o “segundo movimento”, isto é, a segunda etapa de um trabalho sobre a discursividade local: a arqueologia descreve essas discursividades e a genealogia ativa esses saberes locais descritos e que outrora foram subjulgados.

De acordo com Machado, enquanto a arqueologia lida com o *como* as positivities são geradas a partir da condição de possibilidade existentes, tal como o húmus do período clássico possibilitou a emergência das positivities na Idade da Representação, a genealogia, por sua vez, busca

[...] explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que, imanes a eles- pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante-, os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. É essa análise do *porquê* dos saberes- análise que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político [...] (2016, pp 11 12)

Nesse sentido, para a genealogia desenvolvida por Michel Foucault o poder é indissociável do saber. Na verdade, é possível sempre afirmar que há poder-saber, e não somente poder e nem somente saber, ou seja, ambos são imanes um ao outro. O poder não é o avesso do saber, o saber não existe somente em lugares em que o poder não esteja presente. Ao contrário, saber e poder se relacionam, se imbricam, podem se estimular e servir de barreira um para o outro. Como bem afirma Lemos e Cardoso Júnior (2009, p 356) “as relações de poder não poderiam funcionar se não estivessem ancoradas em regimes de verdade; se não fossem imanes à produção, à acumulação, à circulação e ao funcionamento de um discurso” e, é preciso acrescentar, também é correto o inverso, isto é, a verdade não existe fora das relações de poder.

Mas é preciso deixar claro que o poder em Foucault não é o mesmo da tradição filosófica. Primeiramente, ele não está associado a uma perspectiva da filosofia política contratualista em que vincula o poder a um pacto de todos os membros da sociedade, como se o poder fosse um objeto a que todos detêm em alguma parcela e que pudessem distribuir com a mera vontade individual sendo usada em coletividade. Nem tampouco o poder é essencialmente repressivo, vinculado sobretudo a uma tradição marxista que concebe a manutenção do poder estatal como uma extensão dos interesses burgueses em nossa sociedade.

Em outras palavras, o poder não é meramente uma instância que diz não, ele não se expressa somente a partir do funcionamento das leis e da figura do Estado, ele não se expressa somente a partir das classes econômicas tal qual aparecem no marxismo. Mas afinal, como Foucault então concebe o poder?

O que está em questão é o que rege os enunciados e a forma como eles se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, suscetíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico. Nesse nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global (FOUCAULT, 2016-a, p 39).

Não está no patamar da genealogia buscar identificar qual a ordem de sucessão, ela é uma ferramenta de análise que não busca pela origem, ela não busca qual vem primeiro, se é o poder ou o saber, e nem qual atinge o outro posteriormente, influenciando-o de fora. Ambos estão dados e têm uma correlação no seu funcionamento. Neste aspecto, a genealogia visa analisar quais são os tipos de efeitos de poder suscitados no corpo social a partir dos saberes que são produzidos pelos determinados períodos históricos. Assim, “[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (FOUCAULT, 2016-b, p 274). E é por essa razão que o poder em Foucault não é imanente a uma pessoa ou entidade, ele é prática articulada, não um ponto fixo e rígido que vem de cima para baixo. Na verdade, o autor francês dirá que o estilo de exercício do poder moderno é microscópico e regional. “O poder não se exerce de cima para baixo, mas opera através de ramificações capilares e reticulares” (RUSSEL, 2004, p 51). O poder não é uma coisa, mas uma relação que existe local e temporalmente. “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 2016, p 12). Não é também essencialmente repressivo, pois se assim o fosse não se perpetuaria nem seria obedecido. Para o autor francês um poder que tem como sua principal função apenas negar comportamentos não seria aceito em seu exercício cotidiano.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito

mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2016-a, p 45).

O poder não somente reprime, ele é positivo já que também produz comportamentos, saberes e também regimes de veridicção. Não aquelas que são eternas e imutáveis, mas regimes de verdade que sancionam leis, justificam soberanias, etc. Mas também aquelas que tentam atribuir características a sujeitos, documentar individualidades, transformar o corpo humano em um caso a ser estudado.

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2016-a, pp 51 52).

No período das monarquias absolutistas europeias, por exemplo, os súditos aceitavam o poder da realeza porque a narrativa difundida era que o rei era um enviado de Deus para aquela determinada nação e por isso deveria ser obedecido. “A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2016-a, p 54). Para o genealogista, os saberes que estão permeados no corpo social são utilizados como forma de sustentação de um poder, por vezes também difundidos, para melhor aproveitamento dos indivíduos.

Nesse sentido, busquei neste tópico conceituar a genealogia e demonstrar no que ela se difere da arqueologia e no que ela a complementa. Cabe no próximo tópico demonstrar como é possível conceber a Idade da Representação na instauração dos mecanismos das penas que vieram a partir da Reforma dos regimes penais do século XVIII. Em outras palavras, cabe no próximo tópico mostrar como a ruptura *epistêmica* apresentada em *As Palavras e as Coisas* por Foucault também influi no âmbito das penas corporais apresentadas em *Vigiar e Punir*<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> A relação entre as rupturas *epistêmicas* descritas por Michel Foucault em *As Palavras e as Coisas* e os diferentes estilos de exercício do poder já foram expressas por outros autores. Martins (2022), por exemplo, escreve sobre como os efeitos dessas rupturas aparecerão na ordem da ciência sexual e do dispositivo de sexualidade apresentados por Foucault em *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Para mais detalhes, conferir MARTINS, Igor Freitas. Foucault e o acontecimento sexo. Depositório de dissertações e teses: dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2022, 119f.

### 3.2 A IDADE DA REPRESENTAÇÃO NO SISTEMA DAS PENAS

Na primeira parte do nosso texto foi possível discutir a arqueologia foucaultiana e seu desdobramento do que ficou intitulado como Idade da representação. Cabe agora estudar a dinâmica punitiva que Foucault assinala em *Vigiar e Punir*, de modo que seja possível fazer uma relação entre as obras em questão, para este fim também utilizarei alguns autores do mesmo período, a saber: Cesare Beccaria (1738- 1794) e Jeremy Bentham (1748- 1832)<sup>11</sup>. De forma em que irei expor a representação, que possibilitou o estudo da moeda, da linguagem e dos seres da natureza na idade clássica, e pode ser verificada na economia das punições. Em outras palavras, a idade da representação que aparece em *As Palavras e as Coisas* como pano de fundo das positivities da idade Clássica também pode ser vislumbrada atuando como pano de fundo da economia das punições em *Vigiar e Punir*.

Em *Vigiar e Punir* Foucault analisa dois regimes de punição em dois períodos históricos distintos. Vejamos a seguir. A primeira forma de punição analisada pelo autor é o suplício, punição muitas vezes definida como selvagem, mas que possuía suas próprias regras de atuação, punição esta que estava em voga durante o período das monarquias absolutistas:

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios se investe toda a economia do poder (FOUCAULT, 2014, pp 37 38).

O suplício é então uma forma de punição na qual o corpo é o objeto da pena e o sofrimento é objeto de controle. Não há suplício se o sofrimento é efetivado desregradamente, é necessário que se cumpra determinadas regras para que uma pena seja considerada uma pena supliciante.

Quando um crime for cometido não ocorre somente o desafio às leis, mas também se desafia o próprio soberano. Vale salientar, como dito anteriormente, que o rei é o enviado de

---

<sup>11</sup> Enquanto Beccaria apresenta uma linha de pensamento bastante vinculada a teorias contratualistas: “[...] só as leis podem fixar as penas de cada delito e que o direito de fazer leis penais não pode residir senão na pessoa do legislador, que representa toda a sociedade unida por um contrato social” (2015, p 24). Já Bentham apresenta uma linha de pensamento teleológica: “Segundo explanamos, propiciar prazeres e evitar dores constituem os objetivos que o legislador tem em vista, razão pela qual é de conveniência que compreenda o seu valor” (1974, p 22). Apesar das diferenciações, ambos autores apresentam em seu pensamento aquilo que Foucault identifica como o representacionismo nas penas.

Deus para governar sua nação terrena, nesse aspecto qualquer crime cometido contra o poder constituído é, no limite, um crime contra Deus. O crime é, portanto, desafio às leis dos homens e às leis de Deus. Foucault fala diretamente que:

O suplício tem então uma função jurídico-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. Ele a restaura manifestando-a em todo o seu brilho. A execução pública, por rápida e cotidiana que seja, se insere em toda a série dos grandes rituais do poder eclipsado e restaurado (coroação, entrada do rei numa cidade conquistada, submissão dos súditos revoltados): por cima do crime que desprezou o soberano, ela exhibe aos olhos de todos uma força invencível (FOUCAULT, 2014, p 50).

Considerando o crime como desequilíbrio das leis dos homens e de Deus, cabe ao soberano restaurar o equilíbrio e demonstrar sua força quando ela é desafiada a partir da figura do suplício. É o suplício que ostenta o poder soberano e reafirma o equilíbrio outrora desfeito pela ação criminosa. Um espetáculo é formado em praça pública, as acusações contra o criminoso são lidas e sua sentença é proferida. Tal pena tem carácter teatral, ela é ritualizada, é realizada em um lugar onde todos possam ver para que eles se lembrem do regime da soberania e o que acontece com quem o desafia. Assim, a punição não apenas pune o corpo, mas restaura o poder lesado do soberano através da ostentação da força soberana.

Contudo, a partir do século XVIII haverá uma ruptura<sup>12</sup> e um novo regime penal será formado a partir de novas bases. Há, em outras palavras, uma descontinuidade na economia das punições:

O protesto contra os suplícios é encontrado em toda parte na segunda metade do século XVIII: entre os filósofos e teóricos do direito; entre juristas, magistrados, parlamentares; nos *chapiers de doléances* e entre os legisladores das assembleias. É preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado; esse conflito frontal entre a vingança do príncipe e a cólera contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco. O suplício se tornou rapidamente intolerável (FOUCAULT, 2014, p 73).

---

<sup>12</sup> Segundo Brites uma série de mudanças aconteceram a partir desta ruptura: “Anos mais tarde – segunda metade do séc. XVIII e início do séc. XIX – foi a época de, nos Estados Unidos e na Europa, se repensar o castigo e tudo o que o envolvia, época de inúmeros projectos de reformas: nova teoria da lei e do crime; nova justificação moral ou política do direito de punir; abolição das antigas ordenanças; supressão dos costumes; projecto ou redacção de códigos modernos. Uma nova era para a justiça penal: grandes transformações institucionais; códigos explícitos e gerais; regras unificadas de procedimento; existência de júris; penas com um carácter essencialmente correctivo” (2007, pp 167 168).

A crueldade e brutalidade que os suplícios geravam suscitou em diversos protestos e revoltas ao redor da Europa, a tirania dos suplícios chegou a seu ápice e a forma de punir teve que se modificar dada a circunstância das insurgências populares. Já que “o espetáculo atroz, mas momentâneo, da morte de um celerado, é para o crime um freio menos poderoso do que o longo e contínuo exemplo de um homem privado de sua liberdade [...] (BECCARIA. 2015, pp 56 57). Em outras palavras, a economia do poder soberano já não era mais aceita, a ostentação do poder soberano já não gerava os efeitos esperados e a privação de liberdade surgiu como pena mais eficaz em comparação a longas torturas públicas ocorridas com o supliciado. Uma mudança da sensibilidade das pessoas em relação às punições? Na verdade, o que é salientado por Foucault é a transformação da economia política de punir. Não se trata apenas de uma transformação ao nível apenas da moral e do respeito à Humanidade, mas sim ao nível da economia punitiva e dos poderes que são exercidos sobre os corpos dos condenados. Uma reforma do sistema de punição foi então iniciada.

O verdadeiro objetivo da reforma, e isso desde suas formulações mais gerais, não é tanto fundar um novo direito de punir a partir de princípios mais equitativos; mas estabelecer uma nova “economia” do poder de castigar, assegurar uma melhor distribuição dele, fazer com que não fique concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opõem; que seja repartido em circuitos homogêneos que possam ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social (FOUCAULT, 2014, p 80).

Eis que a reforma não se limita a apenas introduzir uma mitigação das penas, mas apresenta uma releitura em toda a economia do poder. Anteriormente o objeto da punição estava centrado no corpo do criminoso, a partir da reforma não será mais o corpo o objeto da punição. A alma do criminoso passa a ser o objeto central da punição. Nas próprias palavras do autor francês, “não é mais o corpo, é a alma. À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 2014, p 21). A punição não é aquilo que deve cair sobre o corpo do condenado e causar dores quantificáveis para a restituição do poder soberano, ela é aquilo que deve atuar no pensamento do criminoso transformando-o e transformando suas intenções. Além do objeto da punição há outras mudanças a partir da ruptura identificada pelo autor:

Em compensação, o objeto “crime”, aquilo a que se refere à prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal. A relativa estabilidade da lei obrigou um jogo de substituições sutis e

rápidas. Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo código. Porém, julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos (FOUCAULT, 2014, p 22).

A punição deixa de incidir sobre o corpo do condenado e agora passa a atingir a alma. A ação criminosa inscreve-se no interior do criminoso: mais do que punir um ator criminoso, é necessário atingir a ilegalidade interna do desviado, atingir “as criminalidades da alma” que prediziam e existem concomitantemente ao ato ilegal. Não se trata apenas de afirmar que julgava-se o corpo para atingir a alma, na verdade, a própria alma era julgada, o próprio “ser do criminoso” era colocado em questão, as próprias paixões e tendências próprias do criminoso eram julgadas. A articulação da punição não mais visa apresentar em praça pública e fazer o infrator sofrer criando um espetáculo. Um novo mecanismo penal foi criado, a partir do século XVIII “[...] as infrações no campo dos objetos suscetíveis de um conhecimento científico, dar aos mecanismos da punição legal um poder justificável não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser” (FOUCAULT, 2014, p 23), essa nova anatomia da punição incide no indivíduo para além do sofrimento. Não se trata mais, portanto, de produzir sofrimento quantificável.

Velha concepção. Não era preciso esperar a reforma do século XVIII para definir essa função exemplar do castigo. Que a punição olhe para o futuro, e que uma das funções mais importantes seja prevenir, era, há séculos, uma das justificações correntes do direito de punir. Mas a diferença é que a prevenção que se esperava como um efeito do castigo e de seu brilho- portanto, de seu descomedimento- tende a se tornar agora o princípio de sua economia e a medida de suas justas proporções. É preciso punir exatamente o suficiente para impedir (FOUCAULT, 2014, p 92).

A nova formatação aloca a punição a um efeito progressivo, agora o sistema punitivo visa punir para prevenir futuras infrações. Se antes a punição devia ostentar a força do poder e ser, por isso mesmo, maior do que o crime, agora a punição deve ser efetivada apenas na medida em que serve para impedir crimes semelhantes. Mas qual a medida da punição a partir da reforma do século XVIII? “[...] um crime é cometido porque traz vantagens. Se, à ideia do crime, fosse ligada a ideia de uma desvantagem um pouco maior, ele deixaria de ser desejável” (FOUCAULT, 2014, p 93). Ora, a punição deve suscitar em proporção pouco maior uma desvantagem, em comparação com a vantagem proporcionada pelo crime, e isso faz com que não haja vantagem desejada a ponto da desvantagem indesejada ser ignorada. A este assunto de

acordo com Beccaria: “Para que o castigo produza o efeito que dele se deve esperar, basta que o mal que causa ultrapasse o bem que o culpado retirou do crime. Devem contar-se ainda como parte do castigo os terrores que precedem a execução e a perda das vantagens que o crime devia produzir” (2015, p 54)<sup>13</sup>. Não se trata, portanto, do estabelecimento de uma punição que equilibra o desequilíbrio perpetrado pelo crime, mas sim do estabelecimento de uma desvantagem muito maior para aquele que comete o crime. Se a punição deve existir para impedir novos crimes, ela deve ser efetivada de modo que ela apareça como uma desvantagem muito maior do que a vantagem proporcionada pelo crime.

[...] Se o motivo do crime é a vantagem que ele representa com ele, a eficácia da pena está na desvantagem que se espera dela. O que ocasiona a “pena” na essência da punição não é a sensação do sofrimento, mas a ideia de uma dor, de um desprazer, de um inconveniente- a “pena” da ideia da “pena”. A punição não precisa portanto utilizar o corpo, mas a representação. Ou antes, se ela tem que utilizar o corpo, isto o será na medida em que ele não é tanto o sujeito de um sofrimento quanto o objeto de uma representação: a lembrança de uma dor pode impedir a reincidência, do mesmo modo que o espetáculo, mesmo artificial, de uma pena física pode prevenir um contágio de um crime. Mas não é a dor em si que será instrumento da técnica punitiva (FOUCAULT, 2014, p 93).

Trata-se, assim como os saberes explicitados no início deste texto, da idade da representação. Foucault insere a representação como eixo estruturante da técnica punitiva a ser formada. Tal mecanismo incide sobre a infração sua pena, quer ligar a ideia do crime também a pena aplicada a ele, quer ligar a vantagem da infração a desvantagem da pena. Retirando a ideia do sofrimento do suplício e inserindo a ideia de desvantagem. Tanto o crime como a punição são concebidos por essa nova economia como representações: o crime representa uma certa vantagem em ser criminoso, a punição representa uma desvantagem maior que a vantagem representada pelo crime.

Vemos aí ao mesmo tempo a necessidade de uma classificação paralela dos crimes e dos castigos e a necessidade de uma individualização das penas, em conformidade com as características singulares de cada criminoso. Essa individualização vai representar um peso muito grande em toda a história do direito penal moderno; aí está sua fundamentação; sem dúvida em termos de teoria do direito e do acordo com as exigências da prática cotidiana, ela está em oposição radical com o princípio da codificação; mas do ponto de vista de uma economia do poder de punir, e das técnicas através das quais se pretende

---

<sup>13</sup> Ainda sobre este mesmo tema Bentham estabelece como primeira norma a proporção das penas com os crimes: “O valor ou gravidade da punição não deve ser em nenhum caso inferior ao que for suficiente para superar o valor do benefício da ofensa ou crime [...]” (1974, p 67).

pôr em circulação, em todo o corpo social, sinais de punição exatamente ajustados, sem excessos nem lacunas, sem “gasto” inútil de poder, mas sem timidez, vê-se bem que a codificação do sistema delitos-castigos e a modulação do par criminoso-punição vão a par e se chamam um ao outro. A individualização aparece como o objetivo derradeiro de um código bem-adaptado (FOUCAULT, 2014, p 98).

De um lado temos as classificações que individualizam o criminoso a fim de ajustar a punição à alma do criminoso, já que “A justiça criminal hoje em dia só funciona e só se justifica por essa perpétua referência a outra coisa que não é ela mesma, por essa incessante reinscrição nos sistemas não jurídicos. Ela está votada a essa requalificação pelo saber” (FOUCAULT, 2014, p 26). Por outro lado, temos as penas que se relacionam e ligam as desvantagens em relação ao crime.

Procura-se a ligação código-individualização nos modelos científicos da época. A história natural oferecia sem dúvida o esquema mais adequado: a taxinomia das espécies segundo uma gradação ininterrupta. Procura-se constituir um *Linné* dos crimes e das penas, de maneira a que cada infração particular, e cada indivíduo punível possa, sem nenhuma margem de arbítrio, ser atingido por uma lei geral (FOUCAULT, 2014, p 98).

O próprio autor faz referência com a Idade da representação trabalhada em *As palavras e as coisas*, demonstrando que o novo sistema das penas se enquadra na taxinomia das espécies da história natural, isto é, ele se liga ao empreendimento de uma das positivities da idade da representação ao criar um sistema de signos que se relacionem a características físicas, no caso do sistema punitivo emergente estabelecer crimes ligando-os às desvantagens. A esse respeito de acordo com Ternes:

Talvez se possa encontrar em *Surveiller et punir*, à sua maneira, uma história similar. Entre o suplício do condenado Damiens, de 1757, e as instituições panópticas dos séculos XIX e XX, é possível traçar uma trama complexa de modificações, não somente na aplicação da pena, como na natureza mesma do crime. Não só não podemos assinalar uma ruptura abrupta entre o regime penal do século XVII e XVIII, fundado na figura soberana do rei, e o projeto de um quadro jurídico, objetivo dos reformadores iluministas, em que sempre deveria haver uma simetria perfeita entre crime e castigo (1998, p 102).

Dessa forma, a nova economia das penas foi efetivada a partir de um quadro taxinômico articulado a partir dos primados da ciência da ordem, ao estabelecer a ligação do crime com a pena no regime da representação trabalhado no primeiro tópico. É possível observar a formação desse quadro a partir de Bentham, de acordo com o autor em cada ação que se relaciona com a punição é necessário levar em conta quatro elementos: “(1) o próprio ato que é praticado; (2) as

circunstâncias nas quais o ato é praticado; (3) a intenção que pode ter acompanhado o ato; (4) a consciência, inconsciência ou falsa consciência, que pode ter acompanhado o ato” (1974, p 26). Isto é, tais quatro elementos são imprescindíveis para a formação do quadro, pois a partir deles que é possível estabelecer de uma maneira mais exata e pormenor a característica da infração, as circunstâncias que levaram o infrator ao cometimento da mesma, a intenção dele e a consciência ou falta dela ao praticar a infração, estabelecendo assim critérios sob os quais serão utilizados para a quantificação da pena.

No ponto de partida, podemos então colocar o projeto político de classificar exatamente as ilegalidades, de generalizar a função punitiva, e de delimitar, para controlá-lo, o poder de punir. Ora, daí se definem duas linhas de objetivação do crime e do criminoso. De um lado, o criminoso designado como inimigo de todos, que têm interesse em perseguir, sai do pacto, desqualifica-se como cidadão e surge trazendo em si como que um fragmento selvagem de natureza; aparece como o celerado, o monstro, o louco talvez, o doente e logo o “anormal”. É a esse título que ele se encontrará um dia sob uma objetivação científica, e o “tratamento” que lhe é correlato. De outro lado, a necessidade de medir, de dentro, os efeitos do poder punitivo prescreve táticas de intervenção sobre todos os criminosos, atuais ou eventuais: a organização de um campo de prevenção, o cálculo dos interesses, a entrada em circulação de representações e sinais, a constituição de um horizonte de certeza e verdade, o ajustamento das penas a variáveis cada vez mais sutis, tudo isso leva igualmente a uma objetivação dos crimes e dos criminosos. Nos dois casos, vemos que a relação de poder que fundamenta o exercício da punição começa a ser acompanhada por uma relação de objeto na qual se encontram incluídos não só o crime como fato a estabelecer segundo normas comuns, mas o criminoso como indivíduo a conhecer segundo critérios específicos. [...] Os processos de objetivação nascem nas próprias táticas do poder e na distribuição de seu exercício (FOUCAULT, 2014, p 100).

Cabe salientar que as classificações dos criminosos extrapolam o campo jurídico, pois a partir da concepção reformadora os delitos se baseiam em um campo totalmente novo de uma objetividade científica, podendo o infrator ser louco, doente, entre outros nomes que o enquadrem no campo da anormalidade. Em outras palavras, o criminoso não é somente objeto da justiça, mas também da medicina, da psiquiatria, da pedagogia, enfim, ele é objeto de uma série de tecnologias extra discursivas. “A arte de punir deve, portanto, repousar sobre toda uma tecnologia da representação. A empresa só pode ser bem-sucedida se estiver inscrita numa mecânica natural” (FOUCAULT, 2014, p 102). Se de um lado temos o infrator, do outro temos a desvantagem que é correlativa a ele, o tratamento para sua anormalidade deve ser definido em proporção ao crime cometido.

A punição ideal será transparente ao crime que sanciona; assim, para quem a contempla, ela será infalivelmente o sinal do crime que castiga; e para quem sonha com o crime, a simples ideia do delito despertará o sinal punitivo. Vantagem para a estabilidade da ligação, vantagem para o cálculo das proporções entre crime e castigo e para a leitura quantitativa dos interesses; pois, tomando a forma de uma consequência natural, a punição não aparece como efeito arbitrário de um poder humano [...] (FOUCAULT, 2014, p 103).

Nesse sentido, a punição passa a ter mais um ponto de incidência, para além da alma do infrator ela também incide sobre aquele que não cometeu crime, incide sobre o futuro criminoso ou criminoso em potencial, já que a partir da representação do crime-pena é possível perceber que o campo de incidência abrange até mesmo aquele que ainda não infringiu nenhuma lei, isto é, ela atinge os culpados possíveis, os possíveis criminosos, os desviados em potência, atinge aqueles que sonham em ser criminosos. “Entre as penas e na maneira de aplicá-las proporcionalmente aos delitos, é mister, pois, escolher os meios que devem causar no espírito público a impressão mais eficaz e mais durável e, ao mesmo tempo, menos cruel no corpo do culpado” (BECCARIA, 2015, p 53). Ao conceber o crime e consequentemente sua vantagem, vem ao espírito também a pena e sua respectiva desvantagem que deve ficar bem clara no espírito do povo para que condicionem sua ação a não transgredir nenhuma norma do Código, isto é, a pena que se estabelece no imaginário popular.

Pelo lado do condenado, a pena é uma mecânica dos sinais, dos interesses e da duração. Mas o culpado é apenas um dos alvos do castigo. Este interessa principalmente aos outros: todos os culpados possíveis. Que esses sinais-obstáculos que são pouco a pouco gravados na representação do condenado circulem então rápida e largamente; que sejam aceitos e redistribuídos por todos; que formem o discurso que cada um faz a todo mundo e com o qual todos se proibem o crime- a boa moeda que, nos espíritos, toma o lugar do falso proveito do crime (FOUCAULT, 2014, p 107).

A partir da inversão dos sinais a vantagem atrelada ao crime passa a ser menos vantajosa, a forte ligação iniciada nesse período entre crime e pena cria um vínculo forte o suficiente que além de punir o infrator pelo delito, também previne a possibilidade de que novas infrações possam ser cometidas através da representação da punição no pensamento do possível infrator. Cabe ainda falar sobre outro aspecto da reforma do século XVIII.

O ideal seria que o condenado fosse considerado como uma espécie de propriedade rentável: um escravo posto a serviço de todos. Por que haveria a sociedade de suprimir uma vida e um corpo de que ela poderia se apropriar? Seria mais útil fazer “servir ao Estado numa escravidão mais ou menos longa de acordo com a natureza de seu crime”; a França tem muitas estradas

intransitáveis que prejudicam o comércio; os ladrões que também criam obstáculo à livre circulação das mercadorias terão que reconstruir as estradas (FOUCAULT, 2014, p 107).

A punição a partir da reforma para além de elaborar um mecanismo da representação articulando vantagem do crime e desvantagem da pena, atribui mais uma desvantagem para o criminoso que é, ao mesmo tempo, uma utilidade para a sociedade: o trabalho. A esse respeito diz Beccaria afirma que ele é

Essa volta frequente do espectador a si mesmo: “Se eu cometesse um crime, estaria reduzido por toda a minha vida a essa miserável condição” - essa ideia terrível assombraria mais fortemente os espíritos do que o medo da morte, que se vê apenas um instante numa obscura distância que lhe enfraquece o horror (2015, p 57).

Tal trabalho deve se relacionar com o crime cometido, tal como no exemplo acima de Foucault, como no caso dos ladrões que atrapalham a livre circulação de bens devem trabalhar na construção das estradas em estado intrasitável por também atrapalharem a circulação de bens e que funcionaria na mente da população ainda melhor do que a ameaçada da morte, isto é, operaria melhor do que os suplícios.

Daí resulta uma sábia economia da publicidade. No suplício corporal, o terror era o suporte do exemplo: medo físico, pavor coletivo, imagens que devem ser gravadas na memória dos espectadores, como a marca na face ou no ombro do condenado. O suporte do exemplo, agora, é lição, o discurso, o sinal decifrável, a encenação e a exposição da moralidade pública. Não é mais a restauração aterrorizante da soberania que vai sustentar a cerimônia do castigo, é a reativação do Código, o reforço coletivo da ligação entre a ideia do crime e a ideia da pena. Na punição, mais que a visão da presença do soberano, haverá a leitura das próprias leis. Estas haviam associado a tal crime tal castigo. Assim que o crime for cometido, e sem perda de tempo, virá a punição, traduzindo em ações o discurso da lei e mostrando que o Código, que liga as ideias, liga também as realidades. A junção, imediata no texto, deve sê-lo nos atos (FOUCAULT, 2014, p 108).

Em referência ao trecho acima há algumas características em comum entre o suplício e o novo regime de punição, ambos apresentam em alguma medida um caráter de teatralidade, de ritualização e a criação do “exemplo”. Contudo, a função de ambos é explicitamente diferente, enquanto no suplício a punição é marca do poder soberano, no século XVIII passa a ser reativação de um código penal e inserção de um mecanismo de representação que deve articular a vantagem do crime com a desvantagem da pena.

Essa lição legível, essa recodificação ritual, devem ser repetidas com toda a frequência possível; que os castigos sejam uma escola mais que uma festa; um livro sempre aberto mais que uma cerimônia. A duração que torna o castigo eficaz para o culpado também é útil para os espectadores. Esses devem poder consultar a cada instante o léxico permanente do crime e do castigo. Pena secreta, pena perdida pela metade. Seria necessário que as crianças pudessem vir aos lugares onde é executada; lá fariam suas aulas cívicas. E os homens feitos lá reaprenderiam periodicamente as leis. Concebamos os lugares de castigos como um Jardim de Leis que as famílias visitariam aos domingos (FOUCAULT, 2014, p 110).

Para além de punir, o espetáculo da punição passa também por uma finalidade pedagógica, isto é, as crianças devem presenciar a leitura das leis e a aplicação da punição para que a incidência do modelo da representação possa ser melhor difundido entre as mentes. “Colocai o texto sagrado das leis nas mãos do povo e, quando mais homens houver que o lerem, tanto menos delitos haverá; pois não se pode duvidar que, no espírito daquele que medita um crime, o conhecimento e a certeza das penas ponham freio à eloquência das paixões” (BECCARIA, 2015, p 28). Isso ocorre para que desde cedo possa entender a desvantagem atribuída a pena que espera os infratores. Em outras palavras, a punição não apenas pune os criminosos e afugenta os curiosos, ela também ensina através do exemplo e da reativação do código jurídico, ela apresenta o futuro possível ao criminoso em potência. Estabelecendo no modelo jurídico clássico a ideia de pena que deve ser evitada, a vantagem de um possível crime com uma pena que o afugenta; a ideia da pena inserida no mecanismo da representação e o desenvolvendo numa taxinomia de crimes articulando a vantagem do delito a desvantagem da pena.

## CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo demonstrar como Michel Foucault desenvolveu sua analítica com uma nova roupagem da história a parte de qualquer perspectiva continuísta da mesma. Nessa perspectiva, o autor inova ao efetuar “[...] um certo uso regrado da descontinuidade para a análise das séries temporais” (FOUCAULT, 2000, p 85). Ao abordar áreas aparentemente distintas umas das outras, o autor demonstra que por trás destas áreas há uma mesma lógica em sua objetividade científica, evidenciando que por trás da gramática geral, história natural e análise das riquezas há um mesmo pano de fundo, que coloca tais positivities com as mesmas regras discursivas, isto é, são as mesmas condições que possibilitam uma e outras.

Ora, tal abordagem só foi possível graças a uma visão que concebe a história a partir de suas rupturas, a partir de suas descontinuidades. Em detalhes, para cada período histórico destacado pelo autor há uma forma singular que condiciona o surgimento de determinados tipos de saberes, edifica objetos e cria conceitos que não estão isolados e mudos em cada disciplina. Esses conceitos não funcionam isoladamente, mas em série, eles estão vinculados a uma rede discursiva que é característica de cada período histórico.

No século XVI, a forma pela qual o saber se dava era a similitude, o mundo era visto a partir das marcas e o signo assinalava tais marcas numa rede de remissões. Já a partir do século XVII esta roupagem sofre transformações, e pode-se ver uma das expressões dessa mudança na filosofia cartesiana: Descartes foi um sintagma desta mudança, a partir de sua preocupação com o método ele buscou uma *mathesis universalis*, e esta, por sua vez, foi uma roupagem que vestiu a nova ciência emergente de tal período e que preocupou-se com sua formulação.

Nesse sentido, o signo torna-se essencial na formulação dos saberes. Foucault aparentemente aceita como dado que a linguagem desencadeia um papel primordial na formulação dos saberes através do papel que os signos têm na emergência das positivities. Somente foi possível o surgimento da gramática geral, história natural e análise das riquezas, porque o signo foi articulado na ótica da representação, isto é, o signo mobilizou a linguagem a ser uma difusora da ordenação, ele compõe um quadro que esquadrinha o mundo e o ordena. Tão só a partir disto foi possível que o homem no período clássico falasse, classificasse os seres vivos e trocasse as riquezas, pois foi justamente o quadro da representação que articulou tais positivities para desempenhar e articular seus objetos. Este “por trás” de tais positivities foi crucial para que elas surgissem e foi ele quem condicionou sua emergência, ele foi o húmus responsável para que brotassem tal como se apresentaram.

Neste sentido, pode-se constatar como esta pesquisa extrapola os limites da arqueologia do saber e sua análise das *epistemes*, pois a Idade da representação não está restrita a obra *As palavras e as coisas*. Na verdade, percebe-se que este período, a saber, a Idade da Representação, é apresentado de modo transversal em toda a obra foucaultiana, pois ela também condicionou o surgimento de outras práticas apresentadas em outros livros do autor, práticas estas que foram estabelecidas a partir do mesmo pano de fundo ordenador e *epistêmico*. Por esse motivo não concebia sua análise sendo de tipo individualista, mas sim pluralista. Foucault compreendia os saberes em conjunto, fazendo parte de um mesmo movimento que brotava das rupturas *epistêmicas* a partir das series de tais rupturas, não isolados e estagnados.

Em *Vigiar e punir*, foi possível notar que as reformas humanistas responsáveis pela mitigação das penas também tiveram como pano de fundo a representação, a partir da ruptura com a prática supliciante foi possível emergir uma nova concepção de uma prática de punir. O objeto da punição passa a ser outro a partir da Idade da Representação, não mais será o corpo que deve ser punido, mas sim a alma. Foi demonstrado a partir de Beccaria e Bentham que a economia das penas supliciantes se encontrava em declínio.

Não sendo o foco da investigação foucaultiana o porquê de tais rupturas, elas já são dadas em sua análise. Isto é, faz parte dos objetivos do autor francês (pelo menos em *As Palavras e as Coisas*) apresentar uma análise das rupturas. Como mencionado, ele não está preocupado com o porquê das descontinuidades, mas sim com o *como* tais novas práticas se desdobram e se articulam. No caso da instauração deste novo regime das penas está por trás o mesmo pano de fundo da gramática geral, história natural e análise das riquezas, tendo uma peculiar proximidade com a história natural, já que os delitos eram também classificados, mas eles eram atrelados a penas mais ou menos proporcionais a vantagem das quais beneficiariam o infrator, ou seja, a pena deveria articular uma desvantagem mais ou menos proporcional ao crime cometido. O código penal era formulado, dessa forma, articulado a partir do fundo *epistêmico* da representação que ordenou a nova prática de punir emergente.

Percebe-se que a arqueologia e a genealogia não se encontram apenas no que diz respeito à correlação dos seus conteúdos, como seria o caso se elas apenas tratassem da Idade da Representação através de perspectivas diferentes, sem nunca se tocarem ou se relacionarem. Na verdade, elas se encontram também em seus modos de análise. Como uma corrida de revezamento, a genealogia é o segundo movimento de um projeto analítico em que ambas as ferramentas de análise estão envolvidas. Em uma palavra, a genealogia foucaultiana funciona apenas quando a arqueologia lhe “passa o bastão” permitindo-a “correr”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECCARIA, Cesare. Tradução: OLIVEIRA, Paulo M. **Dos delitos e das penas**. 2ª edição. São Paulo: Edipro, 2015.

BENTHAM, Jeremy. Tradução: BARAÚNA, Luiz João. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. In: Os pensadores: XXXIV. 1 ed. Abril S. A. Cultural e Industrial, São Paul, 1974.

BRITES, Isabel. Revista Lusófona de Educação. **A centralidade de Vigiar e Punir. História da violência nas prisões, na obra de Michel Foucault**. Lisboa, v. 10 n. 10 p. 167-184, 2007.

CANGUILHEM, Georges. Tradução: ALMEIDA, Fábio Ferreira de. **Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do Cogito?** Goiânia: Edições Ricochete, 2012.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello; LEMOS, Flavia Cristina Silveira. A Genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**; 21 (3); pp. 353 – 357, 2009.

DELEUZE, Gilles. Tradução: MARTINS, Claudia Sant'Anna. **Foucault**. 1ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DESCARTES, René. Tradução: GALVÃO, Maria Ermantina de Almeida Prado. **Regras para orientação do espírito**. São Paulo: MEDIAfashion Folha de S. Paulo, 2021.

DREYFUS, Hubert L. Tradução: PORTOCARRERO, Vera. CARNEIRO, Gilda Gomes. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUSSEL, Inés. **Foucault e a escrita da História: reflexões sobre os usos da genealogia**. Educação & Realidade, 29 (1): pp. 45 – 68. Jan/jun/2004.

FAÉ, Rogério. A Genealogia em Foucault. In: **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 9, n. 3, pp. 409 – 416, set/dez, 2004.

FOUCAULT, Michel. Tradução: MONTEIRO, Elisa. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: **Arqueologia das ciências e História dos Sistemas de Pensamento (Ditos e Escritos II)**. Organização: MOTA, Manoel Barros da. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. Tradução: NEVES, Luiz Felipe Baeta. **Arqueologia do saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. Tradução: MUCHAIL, Salma Tannus. **As palavras e as coisas: uma antropologia das ciências humanas**. 8ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Tradução: MACHADO, Roberto; SOUZA, Angela Loureiro de. Genealogia e poder. In: **Microfísica do poder**. Organização: MACHADO, Roberto. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016-b.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. Tradução: HOLZMEISTER, Lilian; SOUZA, Angela Loureiro de. In: **Microfísica do poder**. Organização: MACHADO, Roberto. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016-a.

FOUCAULT, Michel. Tradução: PESSOA, Ana Lúcia Paranhos. Resposta a uma questão. In: **Repensar a política (Ditos e Escritos II)**. Organização: MOTA, Manoel Barros da. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. Tradução: RAMALHETE, Raquel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

GOMES, João Carlos Lino. Síntese Nova Fase. **Nota sobre o conceito de Episteme em Michel Foucault**. Belo Horizonte, v. 18 n. 53 p. 225-231, abr./jun., 1991.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. Organização: MACHADO, Roberto. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

MARIETTI, Angelè Kremer. Tradução: FERNANDES, César Augusto Chaves. **Introdução ao pensamento de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MARTÍNEZ, Fernando Betancourt. **Historia y lenguaje: el dispositivo analítico de Michel Foucault**. 1ª edição. México: Conaculta- Inah, 2006.

MARTINS, Igor Freitas. **Foucault e o acontecimento sexo**. Depósito de dissertações e teses: dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2022, 119f.

PEREIRA, Anderson de Carvalho. Revista Saridh (Linguagem e discurso). **Arqueologia vida: um debate com Foucault e Jacob**. Currais Novos-RN, v. 3 n. 1 p. 98-120, 2021.

SABOT, Philippe. **Lire les mots et les choses de Michel Foucault**. 2ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

SOUZA, Lucas Melo Borges de. A arqueologia do saber, as ciências humanas e a historicização do humano enquanto objeto. In: **Foucault: Leituras Acontecimentais**. Organização: MADARASZ, Norman R. JAQUET, Gabriela M. FÁVERO, Daniela N. CENTENARO, Natasha. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

STIVAL, Monica Loyola. Rev. Filos., Aurora. **A arqueologia e seus limites**. Curitiba, v. 31 n. 52 p. 278-303, jan./abr., 2019.

TERNES, José. **Michel Foucault e a idade do homem**. Goiânia: (Coedição Cegraf-UFG/UCG) Ed. UCG, 1998.